

DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES e AUTOAVALIAÇÃO 2016



ÍNDICE

	MENSAGEM DA DIREÇÃO	4
PARTE I	INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	5
I.1.	Introdução	5
I.2.	Análise de conjuntura da área de atuação	5
I.3.	Rendimento da atividade agrícola em 2016	11
I.4.	A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	13
I.4.1.	Atribuições	15
I.4.2.	Orientações estratégicas	15
I.4.3.	Objetivos a atingir	16
I.5.	Enquadramento estratégico	16
PARTE II	AUTOAVALIAÇÃO	18
II.1.	QUAR 2016 – Resultados e desvios	18
II.1.1.	Avaliação global da estratégia definida ao nível do QUAR	18
II.1.2.	Breve análise de realização dos indicadores	20
II.1.3.	Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos	22
II.1.4.	Avaliação das Unidades Homogéneas – Delegações Regionais	35
II.1.5.	Monitorizações e alterações	36
II.2.	Plano de Atividades – análise dos resultados	36
II.3.	Ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	36
II.4.	Comparação com o desempenho de serviços idênticos	36
II.5.	O Plano De Gestão de Riscos e Infrações Conexas - monitorização	36
II.6.	Avaliação do Sistema de Controlo Interno	37
II.7.	O Plano de Igualdade de Género - monitorização	37
II.8.	Audição dos trabalhadores e dirigentes intermédios	37
II.9.	Apreciação pelos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	43
PARTE III	MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	46
PARTE IV	RECURSOS AFETOS	47
IV.1.	Recursos humanos	47

IV.2.	Recursos financeiros	48
PARTE V	SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA	49
V.1.	Apuramento dos resultados do Plano de Atividades	49
PARTE VI	BALANÇO SOCIAL	49
PARTE VII	INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	49
PARTE VIII	AVALIAÇÃO FINAL	50
VIII.1.	Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos	50
VIII.2.	Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com os objetivos da política pública	50
VIII.3.	Proposta de menção qualitativa pelo Dirigente Máximo do serviço	52
VIII.4.	Conclusões Prospetivas	52
PARTE IX	ANEXOS	53

MENSAGEM DA DIREÇÃO

Na esteira do que temos vindo a fazer em anos anteriores, cumprimos 2016 com um elevado grau de profissionalismo, com eficácia nos resultados e eficiência dos recursos, dando para o exterior uma boa imagem do que é e deve ser a Administração Pública. Ano muito difícil nos seus detalhes, com a complexidade de estarmos a encerrar e a abrir ciclos no PROMAR/MAR2020 e PRODER/PDR2020; com a adaptação a processos administrativos cada vez mais desmaterializados em diferentes procedimentos nos programas referidos e em outros como os da ERRAN, os integrados no SAMA, os de concursos internos e de contratação de serviços; com as mudanças e novos critérios surgidos na vinha e com consequências no programa VITIS; com a cada vez maior exigência de rigor nos CONTROLOS efectuados para as diferentes actividades com que se articulam. Ano desafiante e que chegou ao fim dando a todos uma enorme satisfação de mais do que o cumprimento de um dever – o da alegria da consecução de algo que se pensou, por vezes, impossível. Mais uma vez demonstrámos que na DRAPN somos uma equipa com elevada maturidade, capazes de deixar de lado diferenças de opinião para, sem pisarmos em princípios nem abdicarmos do nosso carácter, nos focarmos nos objectivos – e atingirmo-los! Bem hajam!

Manuel Cardoso – Diretor Regional
Adelino Bernardo – Diretor Regional Adjunto
Mário Araújo e Silva – Diretor Regional Adjunto

Mirandela, 4 de Abril de 2017

PARTE I – INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

I.1. Introdução

O presente relatório reflete a atividade desenvolvida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano de 2016, tendo presente as medidas de política pública consagradas no documento Grandes Opções do Plano para 2016-2019. Neste documento efetua-se uma análise dos resultados atingidos face aos objetivos definidos, dos recursos humanos e financeiros disponibilizados para a prossecução das atividades ora planeadas no Plano de Atividades e, por último, ações concretizadas e resultados alcançados face ao previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) aprovado. Por outro lado, efetua-se a avaliação e monitorização de alguns planos anuais, nomeadamente, Avaliação do Sistema de Controlo Interno, do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e do Plano de Igualdade de Género.

Este documento foi elaborado de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro (D.R. nº 225, I série), que determina a obrigatoriedade da sua apresentação para todos os serviços e organismos da administração pública central, conjugado com o artº 7º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro (D.R. nº 12, I série A), alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto (D.R. nº.166, I série A) e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (D.R. nº. 244, I série); por outro lado, acolhe as diretrizes da gestão por objetivos aprovadas pelo SIADAP, Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I Série, 1º Suplemento). São parte integrante do presente relatório, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro (D.R. n.º 250, I Série, 1º suplemento) - (SIADAP), a Autoavaliação do serviço e o Balanço Social.

I.2. Análise de conjuntura da área de atuação

O Território

A região Norte, unidade territorial de nível II, encontra-se dividida em 8 NUT III (Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes), abrange 9 distritos, 86 municípios, possui uma área de 21.286 Km², 175,8 habitantes / km² e a população residente de 3.603.778 (31.12.2015), o que equivale a cerca de 34,4% da população do País. Comparativamente à média nacional (113,7 habitantes / km²), possui uma elevada densidade populacional (172,2 habitantes / km²); os seus habitantes residem em 34,8 % das vilas e 46,1 % das freguesias. Na Região Norte as freguesias predominantemente rurais representam cerca de 70% do território, embora só nelas habitem cerca de 10% da população.

As Pessoas e a sua dinâmica no território

A população residente nos territórios NUTS III da Região Norte tem decrescido (considerando o período de 2010 a 2014). Há no entanto diferenças entre as várias NUTS III: a perda de residentes tem sido mais acentuada nos territórios do Norte Interior (Trás-os-Montes, Douro, Alto Tâmega), comparativamente aos territórios do Norte Litoral (Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa e Alto Minho).

A dinâmica populacional tem sido marcada nos últimos anos, pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico. No período entre 2014 e 2015, o envelhecimento da população acentuou-se em todas as NUTS III, verificando-se uma maior assimetria entre o índice de envelhecimento da população residente em áreas urbanas e áreas rurais¹. O índice de envelhecimento da população, medido pelo rácio entre a população idosa (65 ou mais anos) e a população jovem (0-14 anos), registou o valor de 146,5, em 2015, maior do que no ano anterior (141,3). O envelhecimento foi, no entanto, mais pronunciado no Interior do Continente, com particular destaque para Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes (na NUTT II Norte), nas quais o número de idosos por 100 jovens era superior a 250. A diferenciação do índice de envelhecimento demográfico segundo a tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revela um envelhecimento da população em Portugal mais expressivo nas áreas predominantemente rurais (272,8) do que nas áreas predominantemente urbanas (128,6). Em 2015, a assimetria do envelhecimento entre territórios urbanos e rurais era especialmente pronunciado nas três sub-regiões mais envelhecidas: Alto Tâmega (165,9 vs. 426,7), Terras de Trás-os-Montes (131,4 vs. 538,0) e Beira Baixa (119,0 vs. 663,7).

As projeções demográficas sugerem uma diminuição significativa da população nos próximos anos, em resultado da combinação do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa, com o agravamento do envelhecimento populacional. As estimativas, produzidas pelo INE, de população residente em 2012-2060, indicam que Portugal perderá população até 2060, passando dos atuais 10,5 para 8,6 milhões de residentes (cenário central)². Esta redução, sendo centrada nos indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos, poderá levantar fortes restrições ao potencial de crescimento da economia portuguesa nos próximos anos.

A Economia

O Setor de Atividade Económico Primário

“Agricultura, Produção Animal, Caça, Florestas e Pesca”

O Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas 2013 disponibilizou um conjunto de informação que seguidamente se destacam³. Na NUT II Norte estão situadas 37,4 % das explorações que ocupam 17,8% da SAU, sendo a SAU média por exploração de 6,5 ha. Nos últimos anos (2009 a 2013), registou-se um decréscimo de -10,8 % no número de explorações. O abandono da atividade agrícola desde 2009 tem ocorrido, a nível nacional, quase exclusivamente nas pequenas explorações; por outro lado, tem-se registado o aumento da dimensão das explorações agrícolas e uma melhoria dos indicadores laborais.

Analisando as explorações pelo Valor de Produção Padrão Total (VPPT) e por classes de Dimensão Económica (quadro 3), a NUT II Norte revela uma agricultura baseada em explorações de pequena dimensão económica (9,4 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração), face aos 17,1 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração em Portugal e aos 25 mil euros da UE 28, geridas por produtores envelhecidos (os mais idosos da UE 28) e que em larga maioria têm apenas formação prática (vide quadro 1).

¹ INE – Destaque - Anuários Estatísticos Regionais 2015, dezembro de 2016

² INE - Destaque, Dia Mundial da População, 11 julho 2014

³ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014

Quadro 1 – Valor da Produção Padrão Total (VPPT) e Dimensão Económica (DE) por NUTS II

NUTS II	Total			
	Explorações	VPPT		DE
	(nº)	(10³ euros)	(%)	(10³ euros/expl.)
Portugal	264 419	4 522 865	100,0	17,1
Continente	240 527	4 017 734	88,8	16,7
Norte	98 824	927 510	20,5	9,4
Centro	86 291	1 212 801	26,8	14,1
Lisboa	6 128	307 504	6,8	50,2
Alentejo	37 727	1 436 362	31,8	38,1
Algarve	11 557	133 556	3,0	11,6
Açores	11 825	419 382	9,3	35,5
Madeira	12 068	85 749	1,9	7,1

Como se pode constatar no quadro 2, poucos produtores vivem exclusivamente da agricultura (6,2%), sendo que a maioria complementa o seu rendimento com pensões e reformas (65,3%). Por outro lado, apenas cerca de 15 % dos produtores agrícolas singulares têm formação profissional agrícola e na NUT II Norte essa frequência eleva-se para cerca de 18 %. Na NUT II Norte os produtores agrícolas com atividade a tempo completo na exploração são cerca de 22,4 %, com a idade média de 63 anos. A idade média da mão-de-obra agrícola familiar é de 52 anos.

Quadro 2 – Indicadores sociais do tecido empresarial agrícola

	Produtores agrícolas singulares com atividade a tempo completo na exploração	Produtores agrícolas singulares mulheres	Produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola	Produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior	Idade média do produtor agrícola singular	População agrícola familiar por 100 habitantes	Idade média da mão-de-obra agrícola familiar
	%	%	%	%	Anos	Nº.	Anos
Portugal	19,50	31,67	15,37	11,39	64	6,5	53
Continente	19,36	31,73	14,12	11,81	64	6,1	54
Norte	22,38	38,91	18,05	11,53	63	7,2	52
Centro	16,46	28,93	13,67	10,16	65	9,8	55
Lisboa	24,97	24,63	17,53	10,25	63	0,5	52
Alentejo	19,04	20,55	14,98	16,78	64	10,7	55
Algarve	13,64	28,40	9,34	12,31	69	5,5	61
R. A. Açores	25,78	14,01	13,16	7,53	56	14,0	44
R. A. Madeira	15,90	47,84	13,71	7,05	61	13,4	49

INE, Indicadores da Agricultura e Floresta por NUTS II, 2013 (INE, nov.2014)

O complemento da atividade agrícola com outras atividades realizadas na exploração e/ou pelos recursos da exploração é ainda pouco relevante, dado que apenas 5,9% das explorações desenvolvem atividades lucrativas não agrícolas, designadamente o turismo rural, a transformação de produtos agrícolas, a

produção florestal, a prestação de serviços ou a produção de energias renováveis, como se poderá constatar através da análise do quadro 3³. A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola da exploração que maior evolução registou (+200,6 %), face a 2009. A produção florestal, com recurso a mão-de-obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração. A prestação de serviços agrícolas e não agrícolas a terceiros, com recurso a equipamento da exploração, e a transformação de produtos alimentares, bem como o turismo rural e as atividades diretamente relacionadas, apresentam também alguma expressão³.

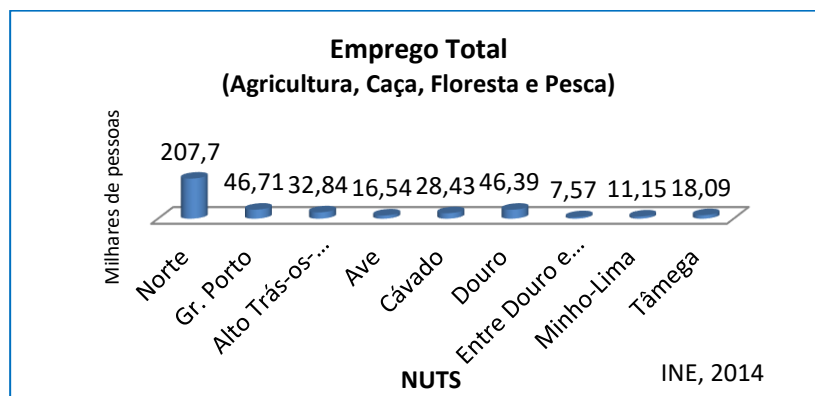
Quadro 3 – Atividades lucrativas não agrícolas da exploração por NUTS II (variação 2009-2013)

	Explorações			Variação (2009-2013)
	(nº)	(%)	No total (%)	(%)
Total	15 567	100,0	5,9	1,8
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	677	4,3	0,3	11,7
Artesanato e transf. de produtos agrícolas não alimentares	25	0,2	0,0	-67,7
Transformação de produtos agrícolas alimentares	1 516	9,7	0,6	32,1
Produção Florestal ¹	11 422	73,4	4,3	5,3
Produção de cortiça	2 030	13,0	0,8	4,3
Outra(s)	9 486	60,9	3,6	3,7
Prestação de serviços	1 655	10,6	0,6	-4,9
Prestação de serviços a outras explorações agrícolas	1 366	8,8	0,5	-9,0
Prestação de serviços a outras entidades	416	2,7	0,2	18,6
Transformação de madeira	332	2,1	0,1	181,3
Aquacultura	1	0,0	0,0	-91,9
Produção de energias renováveis	304	2,0	0,1	200,6
Para utilização na exploração	74	0,5	0,0	72,4
Para comercialização	255	1,6	0,1	304,5
Outras atividades lucrativas	360	2,3	0,1	-72,4
NUTSII				
Norte	3 185	20,5	3,2	5,8
Centro	9 832	63,2	11,4	19,5
Lisboa	144	0,9	2,3	-11,7
Alentejo	1 835	11,8	4,9	-10,5
Algarve	425	2,7	3,7	-73,3
Açores	129	0,8	1,1	-37,7
Madeira	17	0,1	0,1	-48,1

¹ Se a gestão do espaço florestal não for efetuada com recursos da exploração não é considerada como atividade lucrativa não agrícola da exploração

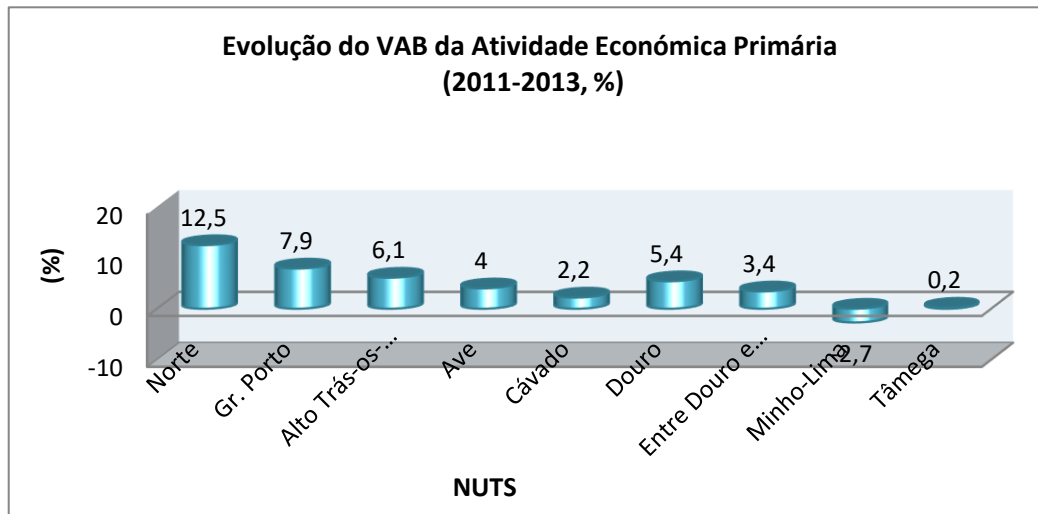
O setor primário, enquanto atividade empregadora da população ativa, tem um peso relevante na NUTT II Norte (gráfico 6), destacando-se as unidades territoriais de Grande Porto (22,5%), Douro (22,3%) e Alto Trás-os-Montes (15,8%).

Gráfico 6 - Emprego Total por NUTS no setor de atividade económica - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (INE, 2014)



A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da eficiência do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala. No gráfico 7, ilustra-se a evolução (%) do VAB da atividade económica primária (Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca). Destacam-se, em valor, os VAB das unidades territoriais de Grande Porto, Douro e Alto Trás-os-Montes. Na sub-região de Minho-Lima foi registado um desempenho negativo do VAB (-2,7%).

Gráfico 7 - Evolução do VAB da atividade económica primária no período de 2011 a 2013



O Setor de Atividade Económico Secundário

Indústrias de Transformação Alimentar e de Bebidas (divisões 10 e 11 da CAE)

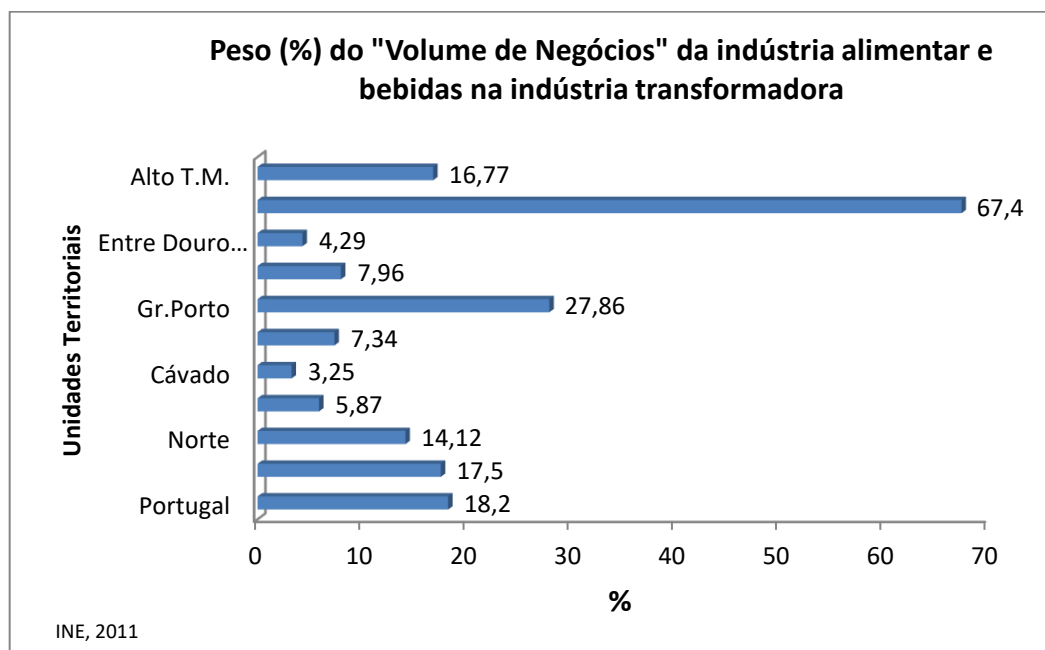
Entre as indústrias de transformação, as indústrias alimentares e de bebidas têm uma importância significativa a nível nacional, representando no seu conjunto 12 % do VAB.

Quadro 4 - “Número de Empresas” da indústria transformadora (classificação CAE divisão 10 a 33) e da indústria alimentar e bebidas (classificação CAE 10 e 11), por NUT III, segundo a CAE-ver. 3, 2011

Unidade Territorial	Total (Div. 10a33)	Div. 10	Div. 11	Div. 10+11
Portugal	38785	5516	821	6337
Continente	37910	5273	782	6055
Norte	19372	1853	355	2208
Minho-Lima	796	106	20	126
Cávado	2475	135	11	146
Ave	4282	247	26	273
Grande Porto	4944	681	65	746
Tâmega	3281	29	15	44
Entre Douro e Vouga	2656	184	5	189
Douro	481	114	157	271
Alto Trás-Os-Montes	457	168	19	187

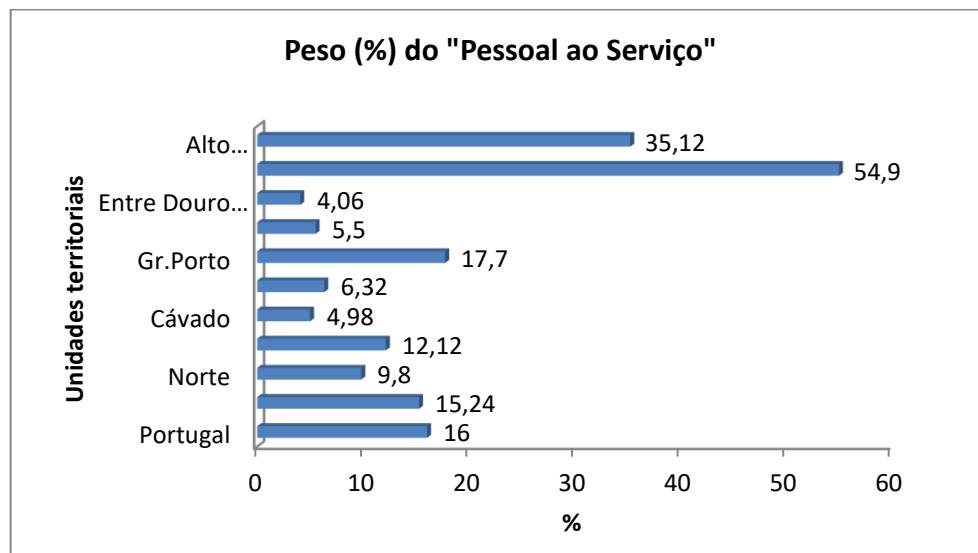
Na região Norte estão sedeadas cerca de 50% da totalidade das indústrias transformadoras existentes no País, das quais cerca de 35 % são indústrias alimentares e bebidas. Numa perspetiva de volume de negócios (gráfico 8), destacam-se as NUT III Douro e Grande Porto, as quais superam a média do volume de negócios das empresas alimentares e de bebidas, ao nível do Continente.

Gráfico 8 - Peso relativo (%) do “Volume de Negócios” da indústria alimentar e de bebidas relativamente à indústria de transformação por município da sede por NUTS III



As indústrias de transformação alimentar e bebidas desempenham, por outro lado, um papel relevante como atividade económica empregadora ao nível das NUT III, como pode ser visualizado no gráfico 9.

Gráfico 9 - Peso relativo (%) do “Pessoal ao Serviço” na indústria alimentar e de bebidas relativamente à indústria de transformação por município da sede por NUTS III



Em suma, a indústria alimentar e de bebidas (Divisões 10 e 11 da CAE) tem uma importância significativa em termos de indústria transformadora na NUT II Norte, estando aqui sedeadas cerca de 35 % das indústrias alimentares e bebidas as quais desempenham um importante papel como atividade económica empregadora.

I.3. Rendimento da Atividade Agrícola em 2016

O ano agrícola 2015/2016 foi caracterizado por grande oscilação das condições climáticas⁴: O inverno 2015/2016 (dezembro, janeiro e fevereiro) classificou-se como muito quente e a primavera de 2016 (março, abril e maio) classificou-se como fria e extremamente chuvosa. A intensidade e continuidade de precipitação provocou prejuízos diretos e indiretos. Relativamente à temperatura, para além da oscilação no período primaveril, registaram-se no verão, valores bastante elevados. A oscilação das condições climáticas atrás referidas, designadamente na primavera, determinaram a existência de condições favoráveis ao desenvolvimento de doenças e pragas, com o consequente aumento do custo de produção em várias culturas. As temperaturas elevadas registadas no verão reduziram a capacidade produtiva de algumas culturas e potenciaram o risco de incêndios atingindo áreas de matos e florestas, e igualmente as atividades agrícolas (vegetais e pecuárias). As condições climáticas referidas afetaram a capacidade produtiva de algumas atividades agrícolas nas regiões de Trás-os-Montes e de Entre Douro e Minho⁵. Relativamente aos cereais praganosos, para grão, registou-se um decréscimo da produção em Trigo Mole (-4,09%), enquanto que no centeio a produção global pouco se alterou (+0,34%). Já que no respeito ao

⁴ IPMA, Boletim Climatológico Sazonal – Inverno 2015/2016 e Boletim Climatológico Sazonal - Primavera 2016

⁵ Breve Caracterização do Ano Agrícola de 2015/2016, Divisão de Planeamento, Ajudas e Estatística, DRAPNorte, 2017

milho grão, registou-se o aumento da produção global, comparativamente ao ano anterior. Relativamente à produção de batata, as condições climáticas resultaram em quebras globais de produção.

Os frutos frescos apresentaram quebras significativas da produção global, nomeadamente, cereja, pêssago, kiwi, maçã e pêra. Os principais fatores que contribuíram para esta situação foram as condições climáticas durante o período de dormência vegetativa das pomóideas (inverno ameno, que não promoveu a diferenciação floral) e na fase da floração/fecundação (precipitação intensa e baixas temperaturas, com reflexos negativos na polinização e vingamento dos frutos). Apesar de em Trás-os-Montes os calibres terem sido médios, uma quantidade significativa de maçã, devido a ataques de pedrado e quedas localizadas de granizo, não apresentavam as características mínimas exigidas para o consumo em fresco.

No que diz respeito aos frutos secos, nomeadamente, em amêndoa, as condições climáticas adversas fizeram mais estragos nas variedades mais precoces, tendo as estimativas apontado para uma quebra significativa da produção global. Relativamente à castanha, ocorreu uma pequena quebra na quantidade global colhida, tendo esta quebra sido mais acentuada nas zonas mais quentes e nas cotas mais baixas⁷.

Relativamente à vinha, o setor foi confrontado com várias adversidades, destacando-se situações de desavinho e bagoinha, quedas de granizo, desenvolvimento de certas pragas e de doenças criptogâmicas. No caso da vinha para vinho, constatou-se quebra na produção de uva e consequentemente de mosto, mas com um produto final “vinho” de boa qualidade. No caso da vinha para uva de mesa, a estimativa de produção apontou também para uma quebra relativamente ao ano anterior⁷.

No que respeita à produção de azeitona, nomeadamente, para conserva, a produção global apesar de ter sido inferior, teve como resultado um produto final de boa qualidade. Já no que diz respeito à azeitona para azeite, o ano agrícola de 2016 foi fraco para a azeitona de azeite, em virtude das condições climáticas que se fizeram sentir durante todo o seu ciclo cultural. De um modo geral, apesar de a qualidade da azeitona ter sido boa, a quantidade de frutos foi, no entanto, muito pequena. O rendimento em azeite foi bom, assim como a sua qualidade⁵.

Em Prados, pastagens e culturas forrageiras, a precipitação continuada por altura da primavera dificultou a sua instalação e desenvolvimento inicial de algumas forragens de primavera/verão e, posteriormente, as temperaturas elevadas no verão, induziram, por vezes, maturação acelerada⁵.

De acordo com a primeira estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2016, passando a citar⁶, *o rendimento da atividade agrícola em Portugal, por unidade de trabalho, deverá aumentar 5,8% em termos reais, após um crescimento de 2,9% em 2015. A evolução deste indicador está sobretudo associada ao aumento de 38,1% perspectivado para os Outros subsídios à produção, que mais do que compensa o decréscimo nominal de 7,7% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). A Produção deverá registar uma diminuição em valor (-3,3%) relativamente a 2015, em resultado de um decréscimo em volume (-4,5%), atenuado pelo aumento dos preços de base (+1,2%). A evolução estimada reflete fundamentalmente o aumento nominal dos Outros subsídios à produção (+38,1%) e o decréscimo do Volume de mão-de-obra agrícola (-6,5%). Para 2016 é expectável uma variação negativa do VAB do ramo agrícola, quer em termos*

⁶ INE, Destaque – Contas Económicas da Agricultura 2016, 1ª Estimativa, 13.12.2016

nominais (-7,7%) quer em termos de volume (-9,7%). Em relação ao peso do VAB do ramo agrícola na economia nacional, a importância relativa da agricultura deverá diminuir para 1,5% (era 1,7% em 2015).

O ano de 2016 foi o primeiro ano de plena aplicação do novo regime de ajudas (PDR 2020). O sistema de dissociação das ajudas agrícolas e de ajuda direta aos rendimentos, instaurado em 2003, transitou para um sistema de pagamentos multifuncional, em que cada uma das sete componentes prevista é vinculada a objetivos específicos, nomeadamente de natureza ecológica. De acordo com a informação disponível, perspetiva-se, para 2016, um acréscimo de 24,1% na atribuição de montantes classificados como Subsídios nas CEA face a 2015. Este acréscimo total resulta da combinação de uma diminuição de 17,0% nos Subsídios aos produtos e de um aumento de 38,1% nos Outros subsídios à produção (após três anos consecutivos de diminuição). Nestes últimos destacam-se os aumentos dos montantes relativos ao Regime de Pagamento Base, a medidas à Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e a medidas Agroambientais.

I.4. A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) é um serviço periférico da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. A sua Missão e atribuições estão definidas na Lei orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), respetivamente, nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro e na respetiva “Carta de Missão” (anexo 1), exarada pelo então Secretário de Estado da Agricultura, em 23.05.2014.

O ano de 2013 ditou alterações na Lei orgânica do MAMAOT, tendo sido criado o MAM e extinto o MAMAOT através do Decreto-Lei Nº 119/2013, de 21 de Agosto que altera o Decreto-Lei nº 86/2011, de 12 de Julho. Este último aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. A estrutura do MAM foi aprovada através do Decreto-Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro. Na sequência desta revisão foram reajustadas as atribuições das DRAP's.

Através da Portaria nº 305/2012, de 4 de Outubro, foram definidas e ordenadas as competências das cinco direções de serviço e fixadas em 20 o número máximo de unidades flexíveis. As unidades flexíveis foram criadas e definidas as respetivas competências através do Despacho nº 13474/2012, de 16 de Outubro, alterado e republicado pelo Despacho nº 4708/2013, de 4 de Abril e pelo Despacho nº 1671/2014, de 3 de Fevereiro.

A atividade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte assenta numa estrutura, cujo organograma funcional está representado na figura 1, formada por 25 unidades flexíveis e que integra 6 Delegações Regionais (figura 2) e 5 unidades nucleares.

Figura 1 – Organograma Funcional da DRAP-Norte

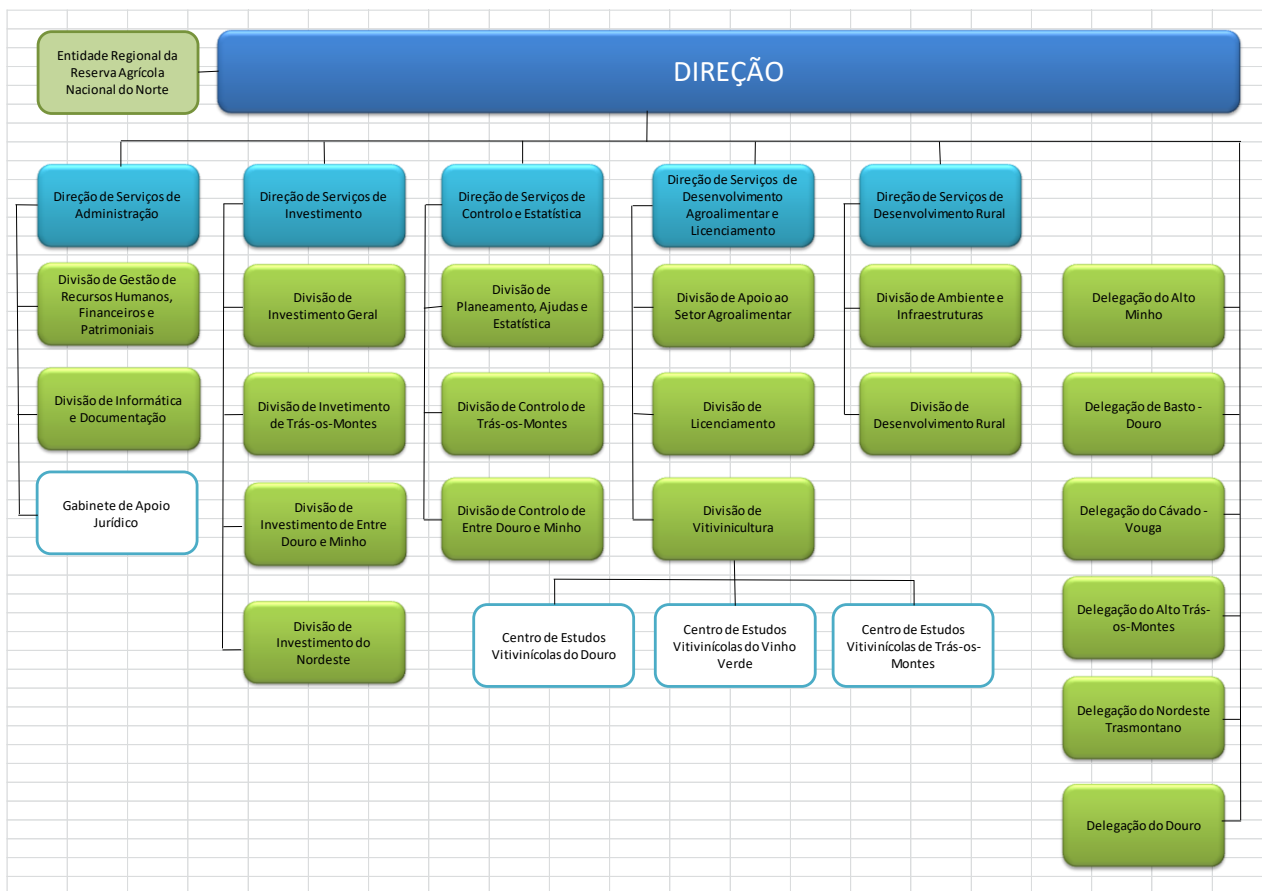


Figura 2 – As Delegações Regionais da DRAP-Norte e sua distribuição territorial



I. 4.1. Atribuições

Na prossecução da sua missão, as atribuições da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte foram as constantes no ponto 2 do artigo 13 do Decreto-lei nº 18/2014, de 4 de Fevereiro:

- Executar, na região Norte, as medidas de política agrícola, de desenvolvimento rural e de pescas, de acordo com as normas e orientações estabelecidas pelos serviços centrais do MAM, contribuindo para o acompanhamento e avaliação das mesmas;
- Realizar o levantamento das características e das necessidades dos subsectores agrícola, agroindustrial e pescas e dos territórios rurais na região norte, no quadro do sistema estatístico nacional;
- Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços e organismos centrais, as ações necessárias à receção, análise, aprovação, acompanhamento e validação dos projetos de investimento apoiados por fundos públicos, bem como promover a tramitação relativa à receção, análise e validação conducente ao pagamento dos respetivos apoios;
- Incentivar ações e projetos de intervenção no espaço rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural e apoiar os agricultores e as suas associações, bem como as populações rurais, no âmbito das atribuições que prosseguem;
- Colaborar na execução das ações enquadradas nos planos oficiais de controlo no âmbito da segurança alimentar e da sanidade vegetal, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria;
- Executar as ações enquadradas nos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria;
- Coordenar o processo de licenciamento no âmbito do regime económico da atividade pecuária, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria;
- Coordenar os procedimentos aplicáveis aos estabelecimentos industriais que lhes estejam cometidos ao abrigo do Sistema da Indústria Responsável, de acordo com as orientações funcionais emitidas pela autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar;
- Colaborar na execução das ações enquadradas nas políticas de ordenamento florestal, do regime florestal, das fileiras florestais, políticas cinegéticas, aquícolas das águas interiores e as relativas a outros produtos ou recursos da floresta, bem como acompanhar e controlar os programas ou planos de gestão e proteção da floresta, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria.

I. 4.2. Orientações Estratégicas

De acordo com a sua Carta de Missão (exarada em 23.05.2014), e, posteriormente, com o Plano Estratégico apresentado em 2016, a DRAPNorte deu primazia ao desenvolvimento das políticas assentes nas orientações estratégicas evidenciadas nas Grandes Opções do Plano (*vide* Grandes Opções do Plano 2016-2019⁷), prosseguindo a valorização da atividade agrícola e florestal e o espaço rural.

⁷ Grandes Opções do Plano 2016-2019 (Proposta de Lei nº 11/XIII, Assembleia da República fevereiro de 2016).

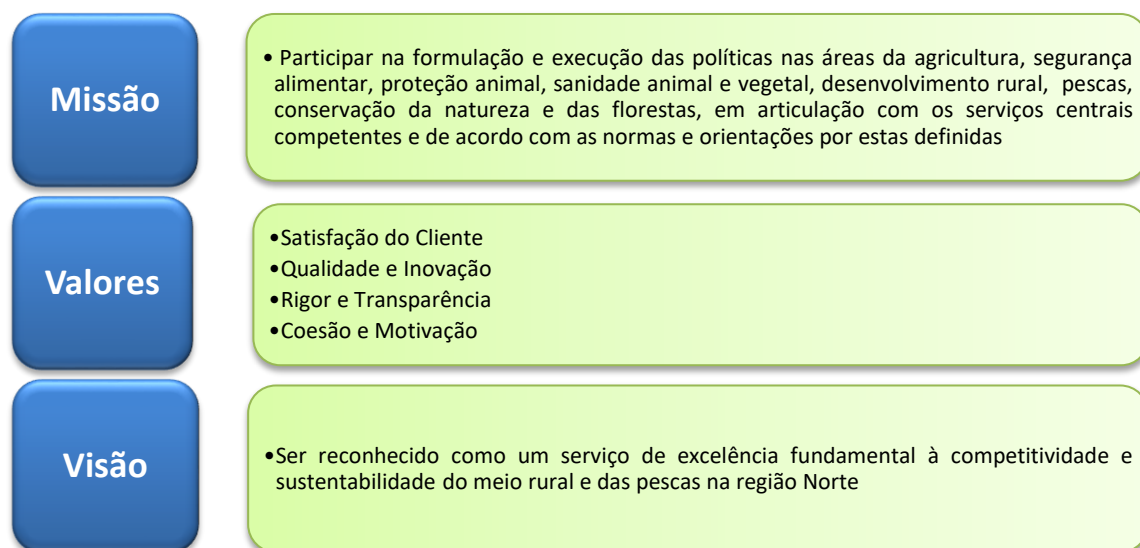
I.4.3. Objetivos a atingir

Os objetivos a atingir foram os seguintes:

- a) Assegurar a plena execução dos instrumentos de apoio aos setores agrícola e das pescas;
- b) Garantir a execução dos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio da política agrícola comum;
- c) Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados – aperfeiçoamento dos instrumentos organizacionais e sistemas de informação existentes e a articulação com os serviços do MAM;
- d) Otimizar a gestão de recursos e controlar os custos de funcionamento.

I.5. Enquadramento estratégico

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) estabeleceu como eixos da sua intervenção os seguintes desígnios:



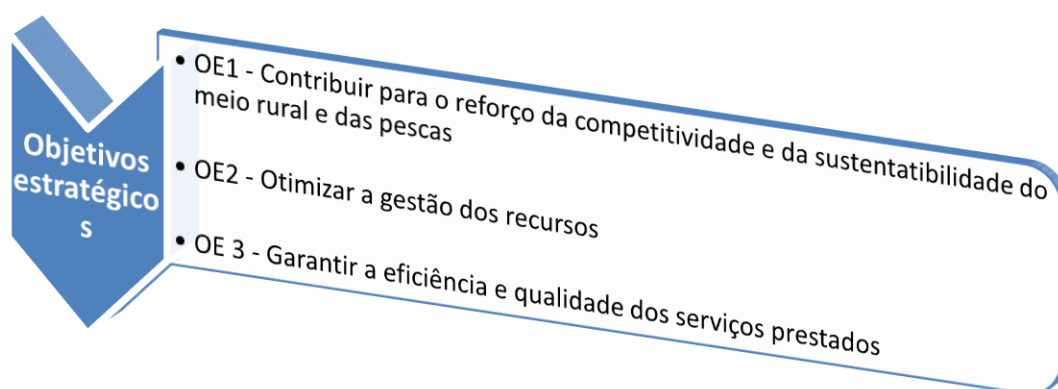
Clientes / Utentes / Colaboradores

Enquanto entidade responsável pela aplicação de fundos públicos a projetos de investimento, a DRAPN providencia serviços diretamente aos Empresários Agrícolas, a título coletivo e/ou individual, às Associações e Agrupamentos de Produtores que os representam e às Autarquias que integram a sua área de jurisdição.

A DRAPN participa em projetos de diversas áreas através da constituição de Parcerias múltiplas com outras organizações públicas e privadas. Às partes interessadas da DRAPN acrescem ainda os seus Fornecedores, os seus Colaboradores e o Cidadão enquanto contribuinte e não exclusivamente como utente dos seus serviços.

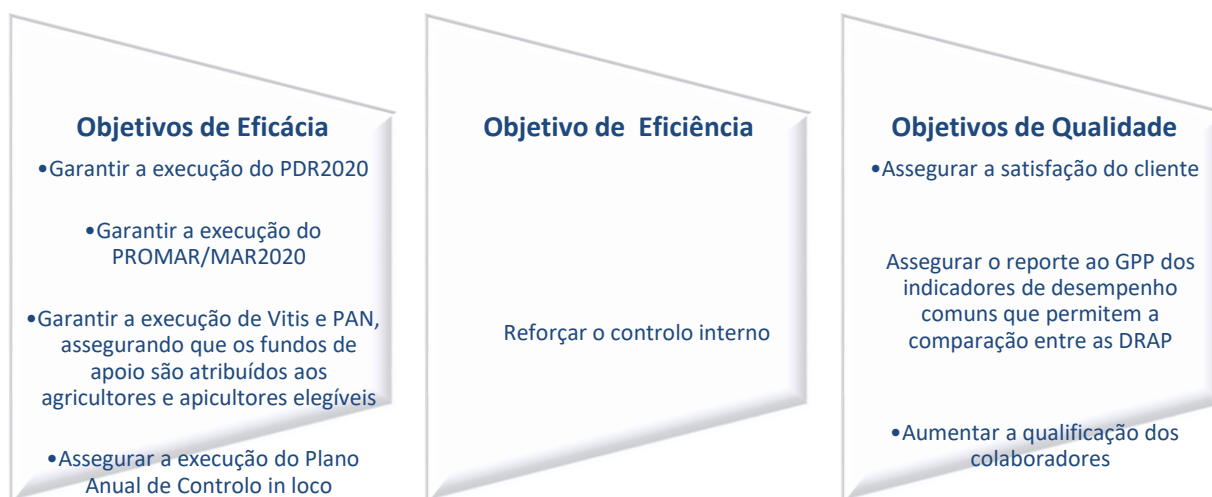
Objetivos estratégicos

Tendo presente as orientações superiormente definidas, os objectivos da política pública (consubstanciados no documento Grandes Opções do Plano 2016-2019), tendo em atenção as atribuições decorrentes da legislação, a sua missão, bem como os fatores que caracterizam o ambiente externo e interno, foram definidos para 2016 os seguintes Objetivos Estratégicos, que se apresentam resumidamente e que constam do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o ano de 2016 e do documento “Sistema de Indicadores de Desempenho Comuns do Ciclo de Gestão de 2016”.



O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), estabelecido na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, desagrega em objetivos operacionais de eficácia, eficiência e qualidade, os objetivos estratégicos referidos, aos quais se encontram alinhados os objetivos das Unidades Orgânicas.

OBJETIVOS OPERACIONAIS DO QUAR 2016



Os objetivos operacionais (nível 3) privilegiam a eficácia, eficiência e qualidade da atuação da DRAPN, encontrando-se articulados com os objetivos estratégicos (nível 2) e com as medidas de política pública (nível 1), de acordo com a matriz de alinhamento estratégico, apenas ao QUAR. De acordo com o número 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a autoavaliação do grau de cumprimento do QUAR deve integrar o Relatório de Atividades, evidenciando os resultados alcançados e os desvios

verificados de acordo com o respetivo QUAR. Nestes termos, apresenta-se a avaliação do QUAR no capítulo seguinte.

PARTE II – AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação do serviço público é um aspeto central da modernização administrativa. O processo de autoavaliação do serviço está previsto no artº 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, sendo um instrumento de apoio à gestão e comparabilidade entre serviços, constituindo, por outro lado, um estímulo à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

II.1. QUAR 2016 – Resultados e desvios

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) apresentado, bem como o respetivo Plano de Atividades para o ano de 2016, constituíram o suporte para a metodologia de avaliação levada a cabo pela DRAP-Norte. A avaliação do QUAR e da estratégia inicialmente definida foi efetuada com base no cumprimento dos indicadores estabelecidos e respetivas metas.

As atividades levadas a cabo pelas várias unidades orgânicas, enquadram-se no contexto das respetivas competências, de acordo com a legislação em vigor, e concorrem, entre outros, para a realização dos objetivos globais identificados no âmbito do QUAR.

O período em análise caracterizou-se por uma gestão financeira cuidada, a par da manutenção da eficácia do serviço prestado aos utilizadores, e por um esforço de melhoria na qualidade desse mesmo serviço.

A avaliação efetuada e que é apresentada neste relatório, traduz o envolvimento de toda a organização na prossecução dos objetivos, revelando por outro lado, as dificuldades sentidas pela organização no seu todo e por cada uma das suas Unidades Orgânicas, em levar a cabo a estratégia delineada e o alinhamento desejado entre o centro de decisão (gestão de topo) e as unidades operacionais (Unidades Orgânicas). A importância de analisar os resultados e fazer a sua avaliação é fundamental em qualquer processo de melhoria contínua, constituindo a base para operacionalizar mudanças nos seus processos ou efetuar o seu ajuste.

II.1.1. Avaliação global da estratégia definida ao nível do QUAR

Os resultados anuais do QUAR 2016 que se apresentam nos quadros das páginas seguintes, evidenciam o profissionalismo dos recursos humanos da DRAPN, que alcançaram e superaram metas exigentes nos vetores “eficiência”, “eficácia” e “qualidade”, e, por outro lado, confirma-se o êxito da operacionalização da estratégia.

Objetivos Estratégicos (OE):

	Meta	Grau de concretização
OE1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas		
OE2: Otimizar a gestão de recursos.		
OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados.		

Objetivos Operacionais (OOP)
EFICÁCIA
PESO: 50%

OOP1: Garantir a Execução do PDR2020.										Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind1 Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados/ n.º de pedidos de apoio válidos) x 100	NA	NA	80%	10%	100%	50%	dezembro	89%	100%	Atingiu	0%
Ind2 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp válidos/n.º pp devidamente formalizados) x100	81	88	80%	10%	100%	50%	dezembro	79%	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OOP1										100%	
OOP2: Garantir a Execução do PROMAR/ MAR2020.										Peso:	15%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind3 Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados/ n.º de pedidos de apoio válidos) x 100	100	100	80%	10%	100%	50%	dezembro	79%	100%	Atingiu	0%
Ind4 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp válidos/n.º pp devidamente formalizados) x100	100	95	80%	10%	100%	50%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP2										113%	
OOP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis										Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind5 Taxa de execução dos controlos VITIS. (n.º de controlos executados/n.º de controlos atribuídos)x100	NA	NA	80%	5%	100%	40%	dezembro	99%	124%	Superou	24%
Ind6 Taxa de análise dos processos VITIS. (n.º Processos analisados/n.º processos entrados devidamente formalizados)x100	92	96,5	85%	3%	100%	40%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind7 Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN. (n.º pedidos de pagamento válidos analisados/n.º pedidos de pagamento válidos entrados)x100	100	100	95%	1,5%	100%	20%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP3										125%	
OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco										Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind8 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único. de controlos concluídos/n.º controlos distribuídos IFAP)*100	100	100	95,0%	2,5%	100%	50%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind9 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Outras Ajudas. (n.º de controlos concluídos/n.º controlos distribuídos IFAP)*100	100	100	90%	5%	100%	20%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind10 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento. (n.º de controlos concluídos/n.º controlos distribuídos IFAP e AG MAR de 1 de outubro de 2015 a 30 setembro de 2016)*100	NA	NA	90%	5%	100%	30%	dezembro	98%	120%	Superou	20%
Taxa de Realização do OOP4										124%	

EFICIÊNCIA
PESO: 30%

OOP5: Reforçar o controlo interno										Peso:	100%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind11 N.º. De aplicações desenvolvidas	NA	NA	1	0	3	100%	dezembro	3	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP5										125%	

QUALIDADE
PESO: 20%

OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos Indicadores de Desempenho Comuns que permitem a comparação entre as DRAP.										Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind12 N.º de reportes enviados ao GPP. (somatório anual do n.º. de reportes)	3	2	1	0	2	50%	dezembro	2	125%	Superou	25%
Ind13 Prazo de entrega dos reportes após o fecho dos trimestres. Média de dias úteis após o fecho dos trimestres.	NA	24	30	10	5	50%	dezembro	19	111%	Superou	11%
Taxa de Realização do OOP6										118%	
OOP7: Assegurar a satisfação do cliente										Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind14 Índice de satisfação Escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5). Média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes	NA	NA	3,5	0,5	5	100%	dezembro	4,19	112%	Superou	12%
Taxa de Realização do OOP7										112%	

OOP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores

											Peso:	35%
Indicadores		Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind15	Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional. (nº. de RH que frequentaram ações de formação/nº. total de RH)x100	66,4	60	35%	5%	66%	100%	novembro	50%	112%	Superou	12%
Taxa de Realização do OOP8												112%

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6	OB7	OB8
Objetivo Estratégico 1	X	X	X					
Objetivo Estratégico 2					X			X
Objetivo Estratégico 3				X		X	X	X

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

OOP1: Garantir a Execução do PDR2020.
OOP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis.
OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco.
OOP5: Reforçar o controlo interno.

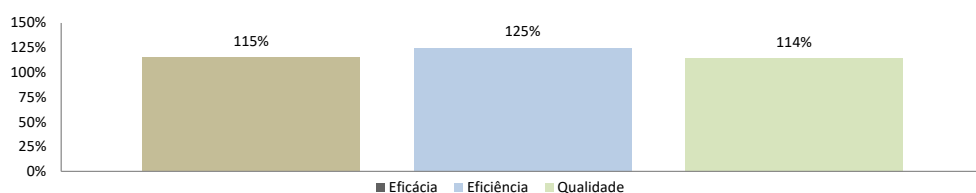
NOTAS EXPLICATIVAS

Indicadores 1 e 3 - Apenas considerados os pedidos de apoio entrados de 1 de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016
Indicadores 8 e 9 - No pressuposto da entrega pelo IFAP nas datas previstas no calendário de entregas.
VITIS – Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas
PAN – Programa Apícola Nacional

II.1.2. Breve análise de realização dos indicadores

Os resultados anuais do QUAR, apresentados anteriormente (Anexo 2 - QUAR2016 Execução Anual) evidenciam, em termos globais, os bons resultados atingidos em 2016. Dos 15 indicadores inscritos, as metas de 12 foram superadas e de 3 foram atingidas.

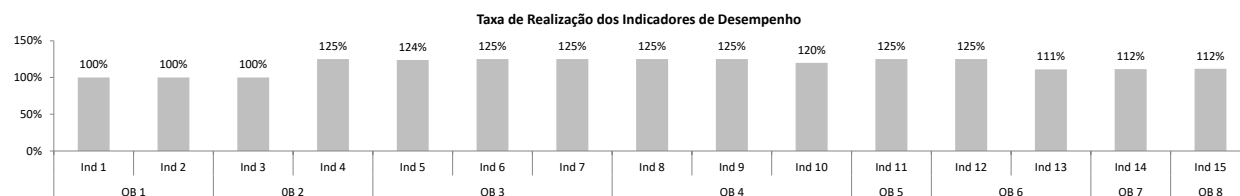
A realização dos objetivos / indicadores, em função dos vetores eficácia, eficiência e qualidade apresenta-se graficamente nas tabelas seguintes:



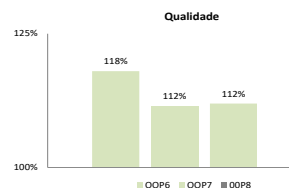
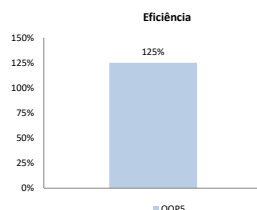
(objetivos/indicadores)



Graficamente as taxas de realização dos Indicadores de Desempenho foram as seguintes:



As taxas de realização dos objetivos operacionais foram as seguintes:



Na tabela seguinte resumem-se as metas dos indicadores previstas para 2016 e valores realizados em 2015 e, ainda, os valores percentuais registados na taxa de realização dos indicadores inscritos no QUAR em 2015 e 2016.

Objetivo /Indicador	Metas		Taxa de Realização (%)	
	2016	Realizado 2015	2016	2015
<i>Objetivo 1 - Garantir a Execução do PDR2020</i>				
1 - Taxa análise dos pedidos apoio	80%	NA	100	N.A.
2 - Taxa análise dos pedidos pagamento	80%	88%	100	113
<i>Objetivo 2 - Garantir a Execução do PROMAR/MAR2020</i>				
3 - Taxa análise dos pedidos apoio	80%	100%	100	125
4 - Taxa análise dos pedidos pagamento	80%	95%	125	117
<i>Objetivo 3 - Garantir a Execução de VITIS e PAN....</i>				
5 - Taxa de execução dos controlos VITIS	80%	NA	124	115
6 - Taxa de análise dos processos VITIS	85%	96,5%	125	113
7 - Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN	95%	100%	125	125
<i>Objetivo 4 - Assegurar a Execução do Plano Anual de Controlo in loco</i>				
8 - Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único	95%	100%	125	125
9 - Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo – Outras Ajudas	90%	100%	125	125
10 - Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento	90%	NA	120	115
<i>Objetivo 5 - Reforçar o Controlo Interno</i>				
11 - Nº de aplicações desenvolvidas	1	NA	125	N.A.
<i>Objetivo 6 - Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores</i>				

<i>de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP</i>				
12 - Nº de reportes enviados ao GPP	1	2	125	113
13 - Prazo de entrega dos reportes	30	24	111	110
<i>Objetivo 7 - Assegurar a satisfação do cliente</i>				
14 - Índice de satisfação	3.5	NA	112	N.A.
<i>Objetivo 8 - Aumentar a qualificação dos colaboradores</i>				
15 - Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional	35%	60%	112	124

As variações ocorridas nas taxas de realização dos indicadores nos dois períodos analisados - 2016 *versus* 2015 - permitem concluir que houve um maior ajustamento entre o valor planeado e o valor registado, o que se traduz num planeamento melhorado. No entanto, os diferenciais com valores positivos afastados das metas estabelecidas referem-se a um planeamento que pode carecer de melhoria.

Além dos Indicadores QUAR, foram realizados e contabilizados os Indicadores Comuns DRAPs 2016 - Não-QUAR (vide anexo 3).

II.1.3. Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos

Passamos seguidamente a efetuar uma análise detalhada das atividades realizadas previstas no âmbito dos instrumentos de gestão e a forma como os objetivos e respetivos indicadores foram realizados, norteados pelos vetores de eficácia, eficiência e qualidade.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Objetivo 1 – Garantir a Execução do PDR2020

Este objetivo é avaliado através de 2 indicadores de realização:

Indicador 1 – Taxa de análise dos pedidos de apoio (n.º pedidos apoio analisados/nº de pedidos de apoio válidos) x100

Critérios de Classificação

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.12.2015 a 30.11.2016

Iniciativas/ações: -

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: SI PDR2020 (AG)

Demonstração do resultado:

PDR2020	Pedidos de Pagamento entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	3230	2797	433	87

Indicador 2 – Taxa de análise dos pedidos de pagamento (n.º pedidos pagamento validados/n.º de pedidos de pagamento devidamente formalizados) x100

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.12.2015 a 01.11.2016

Iniciativas/ações: o módulo de análise dos pedidos de pagamento PDR2020 apenas foi disponibilizado após a realização de uma ação de formação ministrada pelo IFAP e realizada na região em 19-20 de Abril de 2016.

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP - iDigital

Demonstração do resultado:

	Pedidos de Pagamento entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	1.691	1.324	367	78

Para este indicador concorrem pedidos de pagamento entrados/distribuídos à DRAPN no âmbito do PRODER e PDR2020. No que respeita aos pedidos de pagamento PRODER, dado o elevado número de pedidos entrados no último trimestre de 2015, a sua análise estendeu-se aos primeiros meses de 2016.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores, para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OOP1: Garantir a Execução do PDR2020.											Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1 Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados / n.º de pedidos de apoio válidos) x 100	NA	NA	80%	10%	100%	50%	dezembro	89%	100%	Atingiu	0%	
Ind2 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	81	88	80%	10%	100%	50%	dezembro	79%	100%	Atingiu	0%	
Taxa de Realização do OOP1												100%

Objetivo 2 – Garantir a Execução do PROMAR/MAR 2020

Este objetivo é avaliado através de **2 indicadores** de realização:

Indicador 3 – Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados / n.º de pedidos de apoio válidos) x 100

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.12.2015 a 30.11.2016

Iniciativas/ações: candidaturas no âmbito do MAR2020 de 01-12-2015 a 30-11-2016

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: SI MAR 2020 (AG)

Demonstração do resultado:

MAR2020	Pedidos de Apoio entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	71	56	15	79

Indicador 4 – Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.01.2016 a 31.12.2016

Iniciativas/ações:

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP - iDigital

Demonstração do resultado:

PROMAR	Pedidos de Pagamento entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	162	162	0	100

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores previstos para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OOP2: Garantir a Execução do PROMAR/ MAR2020.										Peso:	15%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind3 Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados/n.º de pedidos de apoio válidos) x 100	100	100	80%	10%	100%	50%	dezembro	79%	100%	Atingiu	0%
Ind4 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	100	95	80%	10%	100%	50%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP2											113%

Objetivo 3 – Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis

Este objetivo é avaliado através de **3 indicadores** de realização:

Indicador 5 – Taxa de execução dos controlos VITIS (nº de controlos executados/nº controlos atribuídos) x100

Meta: 95%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 75%

Superação: > 85%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.10.2015 a 30.09.2016

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP - iDigital

Demonstração do resultado: na presente campanha VITIS foram atribuídos 2200 controlos e executados, 2175, tendo sido atingido o resultado médio de 99%.

Indicador 6 – Taxa de análise dos processos VITIS (nº Processos analisados/nº processos entrados devidamente formalizados) x100

Meta: 85%

Tolerância: 3%

Não cumprimento: < 82%

Superação: > 88%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização:

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP - iDigital

Demonstração do resultado: Na campanha VITIS de 2016-2017, de um total de 2016 candidaturas submetidas, foram decididas 2013. As 3 candidaturas restantes não decididas aguardam a intervenção do IFAP para ser possível a decisão. Refira-se que a análise foi realizada num período de tempo bastante inferior ao das campanhas anteriores.

Indicador 7 – Taxa de análise de pedidos de pagamento PAN (nº de pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados) x100

Meta: 95%

Tolerância: 1,5%

Não cumprimento: < 93,5%

Superação: > 96,5%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização:

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP - iDigital

Demonstração do resultado: foram rececionados e analisados 30 pedidos de pagamento.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores previstos para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OOP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis											Peso:	25%
Indicadores		Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind5	Taxa de execução dos controlos VITIS. (nº de controlos executados/nº de controlos atribuídos)x100	NA	NA	80%	5%	100%	40%	dezembro	99%	124%	Superou	24%
Ind6	Taxa de análise dos processos VITIS. (nº Processos analisados/nº processos entrados devidamente formalizados)x100	92	96,5	85%	3%	100%	40%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind7	Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN. (nº pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados)x100	100	100	95%	1,5%	100%	20%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP3												125%

Objetivo 4 – Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco

Este objectivo é avaliado através de 3 indicadores. Detalha-se seguidamente a informação referente a estes indicadores:

Indicador 8 – 'Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único: (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados)x100.

Meta: 95%

Tolerância: 2,5%

Não cumprimento: < 92,5%

Superação: > 97,5%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01 de janeiro a 31 de dezembro

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Bases de dados do IFAP -iDigital

Demonstração do resultado:

Tipo de controlo	Marcados	Executados	Resultado
SUP	5.959	5.958	100%
POC	348	348	100%
PVA	437	437	100%
PVL	119	119	100%
TOTAL	6.863	6.862	100%

Indicador 9 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo – Outras Ajudas / (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados) x100

Meta: 90%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 85%

Superação: > 95%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01 de janeiro a 31 de dezembro

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de Dados do IFAP - iDigital

Demonstração do resultado:

Tipo de controlo	Marcados	Executados	Resultado
FLORESTAS	146	146	100%
REFORMA ANTECIPADA	2	2	100%
CNDIDE	269	269	100%
PAN	4	4	100%
CNDAMB	545	545	100%
TOTAL	966	966	100%

Indicador 10 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados) x100.

Meta: 90%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 85%

Superação: > 95%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.10.2015 a 30.09.2016

Iniciativas/ações: alteração de procedimentos ao Manual do PROMAR, em Maio de 2016, que determinou para as operações irregulares, a necessidade de elaborar relatórios preliminares e finais, facto que se traduziu numa duplicação de esforços para a estrutura de controlo. Por outro lado, a necessidade de encerramento do PROMAR comunicada pela respetiva Autoridade de Gestão, incrementou o esforço no sentido da conclusão de todas as operações em controlo até Novembro de 2016, o que se veio a verificar.

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP e da DSCE

Demonstração do resultado: este indicador reflete o esforço de controlo do investimento no âmbito do PRODER e do PROMAR. O universo de operações em controlo foi de 98, das quais 86 referentes ao PROMAR e 10 referentes ao PRODER. A taxa de execução de 98% resulta da conclusão, dentro do prazo fixado, de 96 controlos.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos 3 indicadores:

OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco											Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind8	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único. de controlos concluídos/nº controlos distribuídos IFAP*100	100	100	95,0%	2,5%	100%	50%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind9	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Outras Ajudas. (nº de controlos concluídos/nº controlos distribuídos IFAP)*100	100	100	90%	5%	100%	20%	dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind10	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento. (nº de controlos concluídos/nº controlos distribuídos IFAP e AG MAR de 1 de outubro de 2015 a 30 setembro de 2016)*100	NA	NA	90%	5%	100%	30%	dezembro	98%	120%	Superou	20%
Taxa de Realização do OOP4												124%

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Objetivo 5: Reforçar o Controlo Interno

Indicador 11 – Nº de aplicações desenvolvidas

Meta: 1

Tolerância: 0

Não cumprimento: < 1

Superação: : > 1

Valor crítico: 3

Métrica: nº

Polaridade: positiva

Período de monitorização: Dezembro

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Aplicações desenvolvidas pela Divisão de Informática e Documentação

Demonstração do resultado: foram desenvolvidas 3 aplicações informáticas (para maior detalhe vide Plano de Melhorias, em anexo 13).

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

EFICIÊNCIA											PESO:	30%
OOPS: Reforçar o controlo interno											Peso:	100%
Indicadores		Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind11	Nº. De aplicações desenvolvidas	NA	NA	1	0	3	100%	dezembro	3	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOPS											125%	

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Objetivo 6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP

O presente objetivo foi equacionado na sequência da aprovação de indicadores comuns de desempenho entre as cinco Direções Regionais de Agricultura e Pêscas (DRAP's) e o Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), por forma a operacionalizar o disposto no art.º 16.º da Lei 66-B/2007, de 28 dez. A forma de avaliação daqueles indicadores, possibilitará a comparação e, eventual, ordenação do desempenho entre as Direções Regionais, criando-se, assim, condições suscetíveis de processos de melhoria.

Este objetivo é avaliado através de 2 indicadores de realização:

Indicador 12 – N.º de reportes enviados ao GPP (somatório anual do n.º. de reportes)

Meta: 1

Tolerância: 0

Não cumprimento: < 1

Superação: > 1

Valor crítico: 2

Métrica: somatório anual do n.º de reportes

Polaridade: positiva

Período de monitorização:

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Reportes ao GPP via e-mail.

Demonstração do resultado: este indicador refere-se ao número de Reportes dos Indicadores Comuns efetuados ao GPP e respetivas datas de envio.

Indicador 13 - Prazo de entrega dos reportes. Nº. de dias úteis após o fecho dos trimestres (média dos trimestres).

Meta: 30

Tolerância: 10

Não cumprimento: > 40

Superação: < 20

Valor crítico: 5

Métrica: média de dias úteis após o fecho dos trimestres

Polaridade: negativa

Período de monitorização:

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Reportes ao GPP via e-mail.

Demonstração do resultado: qualquer um dos instrumentos de gestão referidos foram entregues antes dos prazos estabelecidos, o que permitiu superar a meta do indicador. Todas as unidades orgânicas concorrem para os resultados destes indicadores.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos Indicadores de Desempenho Comuns que permitem a comparação entre as DRAP.

										Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind12 N.º de reportes enviados ao GPP, (somatório anual do n.º de reportes)	3	2	1	0	2	50%	dezembro	2	125%	Superou	25%
Ind13 Prazo de entrega dos reportes após o fecho dos trimestres. Média de dias úteis após o fecho dos trimestres.	NA	24	30	10	5	50%	dezembro	19	111%	Superou	11%
Taxa de Realização do OOP6											118%

Objetivo 7: Assegurar a satisfação dos clientes

A avaliação deste objetivo é efetuada através de **1 indicador** de realização:

Indicador 14 – Índice de satisfação escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5). Média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes.

Meta: 3,5

Tolerância: 0,5

Não cumprimento: < 3

Superação: : > 4

Valor crítico: 5

Métrica: média aritmética

Polaridade: negativa

Período de monitorização: NA

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico:

Sistema de informação: NA

Fonte de verificação: foram realizados inquéritos para determinação do índice de satisfação do INE, do GPP e dos utilizadores dos serviços da DRAPN (vide II.3. Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados e Relatório de Inquérito de satisfação de clientes 2016, no anexo 4). A U.O. que contribui para os resultados destes 3 indicadores é a Divisão de Planeamento, Ajudas e Estatística.

Demonstração do resultado: No que diz respeito ao **INE**, o inquérito foi realizado no âmbito dos serviços prestados pela DRAPN através da apresentação do “Relatório de Estado das Culturas e Previsão de Colheitas” e do “Quadro da Produção Vegetal”. No caso do **GPP**, os inquéritos foram realizados no âmbito dos serviços prestados no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e no âmbito da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA), vocacionados para a satisfação da qualidade das contabilidades entregues e para a “Determinação Regional do Valor da Produção Padrão”. A notação do **INE** manteve-se relativamente ao ano anterior (avaliação média de 4) e a avaliação do GPP foi em média de

4,05. Relativamente à **satisfação dos utilizadores**, o estudo recaiu num universo de 699 inquéritos realizados aos utentes nos locais de atendimento da DRAPN, designadamente nas Divisões de Investimento e nas Delegações. Face às respostas obtidas no inquérito, a apreciação global do serviço registou a notação média de **4,53**. A constatação deste resultado pode ser verificada em detalhe no “Relatório de Inquérito de Satisfação de Clientes 2016”, no anexo 4, e resumidamente no presente documento (vide ponto II.3. Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados).

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOP7: Assegurar a satisfação do cliente											Peso:	25%
Indicadores		Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind14	Índice de satisfação Escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5). Média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes	NA	NA	3,5	0,5	5	100%	dezembro	4,19	112%	Superou	12%
Taxa de Realização do OOP7											112%	

Objetivo 8: Aumentar a qualificação dos colaboradores

A avaliação deste objetivo é efetuada através de 1 indicador de realização:

Indicador 15 – Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional (nº. de RH que frequentaram ações de formação/nº. total de RH)x100

Meta: 35% ,

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 30%

Superação: : > 40%

Valor crítico: 66%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 1 de janeiro a 31 de dezembro

Iniciativas/ações: NA

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Sistema de informação: informação residente na base de dados da formação profissional

Fonte de verificação: “Relatório Final da Qualificação dos RH da DRAPN-dezembro 2016” da responsabilidade da Direção de Serviços de Administração

Demonstração do resultado: O plano de formação a executar em 2016, previa um total de 30 ações de formação (21 cursos de formação), distribuídos pelas áreas da Agricultura, Informática, Igualdade de Género, Contabilidade, Gestão e Administração. Considerando a participação em ações internas e externas, verificou-se a participação de 325 trabalhadores/as em ações

de formação, traduzindo-se numa taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional de 50%. Na globalidade foi frequentado um total de 11100 horas de formação, sendo que 8845 horas foram em formação externa e 2255 horas em formação interna, o que se traduz numa média de 34 horas de formação por participante. Por outro lado, a grande maioria das ações frequentadas foram de curta duração, isto é, menos de 30 horas. A carreira/cargo mais representativa foi a de Técnico Superior com 153 participantes, seguida de Assistente Técnico com 114 e de Assistente Operacional com 36 participantes, correspondendo a 47%, 35% e 11%, respetivamente. Comparativamente a período homólogo de 2015, verifica-se em 2016, uma diminuição do número de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional (60,2%). Os parâmetros abordados podem ser avaliados com maior detalhe no documento “Relatório Final da Qualificação dos RH da DRAPN-dezembro 2016”, no anexo 5.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento do indicador previsto no presente objetivo:

OOP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores											Peso:	35%
Indicadores	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind15 Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional. (nº. de RH que frequentaram ações de formação/nº. total de RH)x100	66,4	60	35%	5%	66%	100%	novembro	50%	112%	Superou	12%	
Taxa de Realização do OOP8											112%	

II.1.4. Avaliação das Unidades homogéneas – Delegações Regionais

Delegações Regionais	Taxas de Execução		
	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Do Alto Minho	109%		
Do Alto Trás-os-Montes	106%		
Do Basto-Douro	117%		
Do Cávado-Vouga	120%		
Do Douro	114%		
Do Nordeste Trasmontano	108%		

Constata-se que as Delegações Regionais da DRAPN apresentaram um desempenho, entre si, muito próximo, com taxas de execução que variaram entre 109 e 120 %, valores que consideramos muito relevantes atendendo ao conjunto expressivo das suas atribuições. Para maior detalhe, vide “Avaliação das Unidades Homogéneas – Delegações Regionais” que consta no anexo 6.

Os resultados obtidos evidenciam um bom desempenho traduzido na superação da maioria dos objetivos propostos nos respetivos Planos de Atividades.

II.1.5. Monitorizações e alterações

A monitorização do QUAR foi contínua tendo existido dois momentos de reporte, já referido anteriormente, de acordo com a seguinte calendarização:

- 1.º Relatório Intercalar – 27-07-2016;
- 2.º Relatório Intercalar – 28-10-2016.

A recolha de informação junto das U.O. foi realizada pela Direção de Serviços de Controlo e Estatística, em ficha modelo construída para este efeito. Na sequência das monitorizações referidas foram realizados dois relatórios de monitorização.

II.2. Plano de Atividades – Análise dos Resultados

A demonstração e análise detalhada do contributo de cada uma das Unidades Orgânicas e respetiva atividade desenvolvida, encontram-se registadas no anexo 7 (Síntese da atividade desenvolvida pelas UO).

Para avaliação do Plano de Atividades 2016 foram selecionados 13 Objetivos operacionalizados pelas diferentes unidades orgânicas. Como se pode constatar, a taxa de realização média dos indicadores selecionados para o cálculo registou a taxa de execução média de 118%. Em termos de execução, 10 objetivos foram superados e 3 foram atingidos (anexo 19).

II.3. Ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Além dos objetivos operacionais plasmados no QUAR 2016, foram incluídos no Plano de Atividades 2016 os objetivos das U.O. e outras iniciativas igualmente relevantes para a concretização da estratégia institucional e para o seu desempenho global. Não se registaram incumprimentos ou resultados insuficientes no que se refere a atividades enquadradas neste item.

II.4. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Não foram tomadas quaisquer iniciativas passíveis de enquadramento neste âmbito.

II. 5. O Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas – sua monitorização

Os organismos públicos foram instados, desde 2009, a elaborar Planos de prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, assim como realizar Relatórios Anuais de execução, na sequência de uma recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa que funciona junto do Tribunal de Contas (Recomendação nº 1/2009, publicada no Diário da República II série, nº 140, de 22 de julho).

De acordo com a Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2015, deverá ser elaborado um relatório anual, publicado no sítio da internet da DRAPN e, por outro lado, integrará um capítulo próprio do Relatório Anual de Atividades da DRAPN. Importa referir que a DRAPN efetuou um

levantamento exaustivo junto de todas as Direções de Serviços e Delegações, com o objetivo de apurar, caracterizar e graduar os riscos presumíveis, bem como a indicação das medidas adequadas tendo em vista a prevenção, minoração ou eliminação dos riscos associados. A monitorização anual consiste na elaboração de um relatório com base no contributo efetuado pelos Diretores de Serviços, nomeadamente, sobre o balanço das medidas adotadas e das medidas por adotar, descrição dos riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm e, por outro lado, os riscos identificados ao longo do ano que não foram contemplados no plano inicial. A revisão e validação anuais constarão de relatórios de execução, a elaborar por cada uma das Direções de Serviços, e compilados pela Direção de Serviços de Planeamento, Controlo e Estatística.

O Relatório Anual de execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas reflete as medidas tomadas face aos riscos identificados na DRAP_Norte e inclui um balanço de execução do Plano (vide Relatório de Execução 2016 PGRIC, no anexo 8).

II.6. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A avaliação do sistema de controlo interno é determinada de acordo com o estipulado na alínea b) do nº 2 do artº 15º da Lei nº 66B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I série, 1º suplemento). Atendendo a que se verifica uma relação próxima entre controlo interno e gestão de risco, o Relatório de Controlo Interno está anexado ao Relatório de Execução Anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (anexo 9 - Relatório de Controlo Interno 2016).

II.7. O Plano para a Igualdade de Género – sua monitorização

O Plano para a Igualdade de Género (2014-2021) do então Ministério da Agricultura e do Mar, aprovado em 03.02.2015, é um instrumento de execução de políticas públicas que visam a melhoria da igualdade de género e o combate às discriminações em função do sexo e da orientação sexual. A evolução da aplicação das medidas propostas na DRAPNorte, a deteção de situações de desvantagem e de discriminação de género através de indicadores de vária índole foram plasmadas no documento “Implementação do Plano de Igualdade de Género na DRAPNorte - Relatório de Monitorização” (anexo 10). No sentido de reforçar a eficácia operacional do Plano, aceitou-se a recomendação inscrita no referido documento, relativa à inclusão das suas conclusões e recomendações, enquanto valor da DRAPN, no presente Relatório de Atividades e Autoavaliação da DRAPN.

II.8. Audição dos trabalhadores e dirigentes intermédios

Os dirigentes intermédios e demais trabalhadores que prestam serviço no edifício-sede da DRAP-Norte foram auscultados, para apreciação do seu grau de satisfação, através da realização de inquéritos em suporte de papel (conforme modelo constante no anexo 11).

Este questionário visou, fundamentalmente, abordar o grau de satisfação com a Organização, a gestão e sistema de gestão, analisando, separadamente, a gestão de topo e a gestão de nível intermédio, as condições de trabalho, o desenvolvimento na carreira e o nível de liderança, quer do gestor de topo, quer do gestor de nível intermédio.

Na tabela que se segue apresenta-se, em resumo, o universo da dimensão da amostra e frequência de questionários respondidos ou não:

Designação	Dimensão da Amostra	%
Universo	67	100
Respostas	50	74,6
Não Respostas	17	25,4

Apesar de se tratar de um universo de respostas que não reflete o todo da DRAPN, os resultados apurados permitem concluir, em termos globais, que houve uma forte adesão dos trabalhadores em responderem ao questionário em suporte de papel, seguida de deposição em urna (cerca de 75%), comparativamente com o inquérito realizado online em 2015, em que a taxa de participação foi cerca de 7%. Apresenta-se sumariamente, os resultados nas tabelas que se seguem.



Satisfação dos trabalhadores com a Gestão e Sistemas de Gestão

Gestão de Topo

Aptidão da liderança para conduzir a organização	Tratamento em função do sexo	Aptidão da gestão para comunicar	Forma como o sistema de avaliação de desempenho em vigor foi implementado	Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados	Postura da organização face à mudança e à inovação
--	------------------------------	----------------------------------	---	---	--



Satisfação dos trabalhadores com a gestão e sistemas de gestão

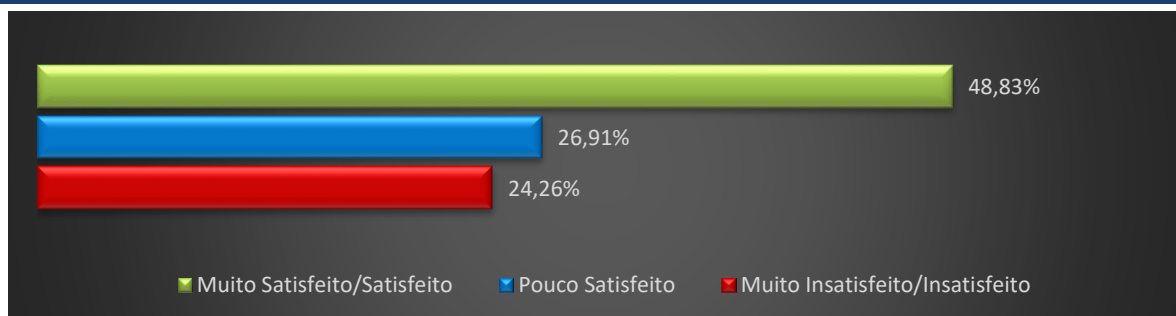
Gestão Intermédia

Aptidão da liderança para conduzir a organização	Tratamento em função do sexo	Aptidão da gestão para comunicar	Forma como o sistema de avaliação de desempenho em vigor foi implementado	Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados	Postura face à mudança e inovação
--	------------------------------	----------------------------------	---	---	-----------------------------------



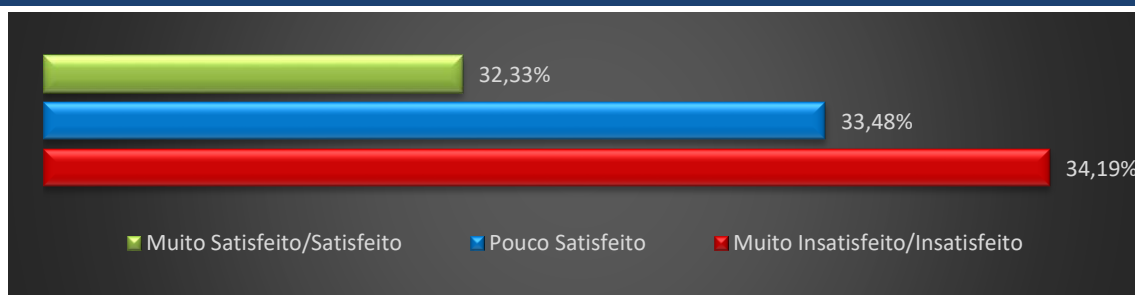
Satisfação com as condições de trabalho

Clima de trabalho	Flexibilidade do horário de trabalho	Igualdade de oportunidades	Igualdade de tratamento na organização	Igualdade em função do sexo	Condições de higiene e segurança
-------------------	--------------------------------------	----------------------------	--	-----------------------------	----------------------------------



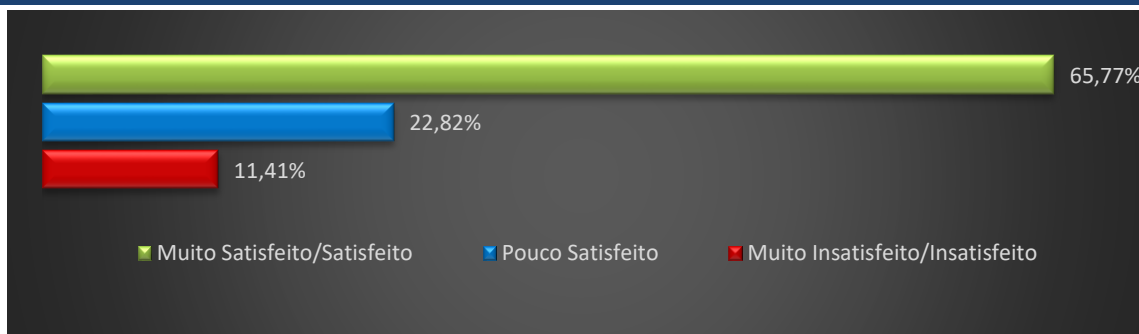
Satisfação com o desenvolvimento da carreira

Política de gestão de recursos humanos existente na organização	Oportunidade de desenvolver novas competências	Igualdade em função do sexo	Acesso a formação relevante para desenvolver os objetivos individuais
---	--	-----------------------------	---



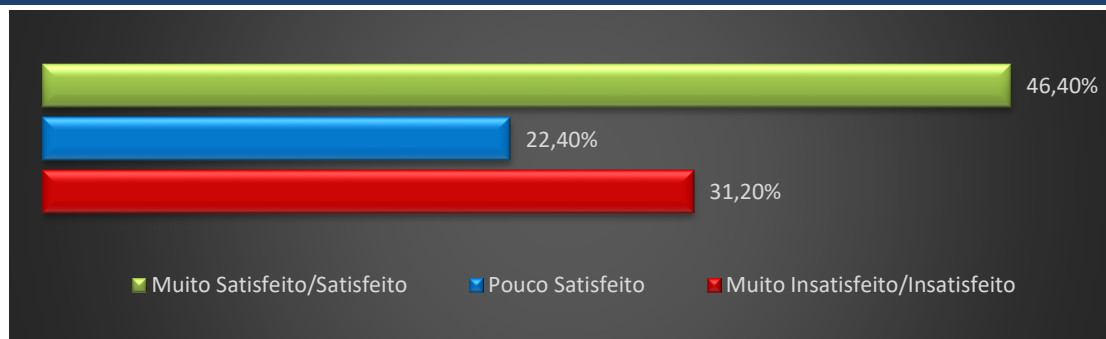
Níveis de Motivação

Aprender novos métodos de trabalho	Desenvolver trabalho em equipa	Participar em ações de formação	Sugerir melhorias
------------------------------------	--------------------------------	---------------------------------	-------------------



Satisfação com a Gestão de Topo

Lidera através do exemplo	Informa e consulta os trabalhadores com regularidade	Demonstra empenho no processo de mudança	Aceita críticas construtivas	Aceita sugestões de melhoria	Encoraja a confiança mútua e o respeito	Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua	Cria condições para a delegação de poderes, responsabilidades e competências
---------------------------	--	--	------------------------------	------------------------------	---	---	--





De um modo geral, registou-se alguma polarização. Apesar de os inquiridos estarem maioritariamente “Satisfeitos/Muito satisfeitos” em todos os grandes temas de questões, excetuando-se porém a “Satisfação com o desenvolvimento da carreira”, o grau de insatisfação tem um peso relativamente elevado em todos os grandes temas.

O maior equilíbrio entre os graus de satisfação/insatisfação foi atingido no tema “Satisfação dos trabalhadores com a gestão e sistemas de gestão – Gestão Intermédia”. Já o tema “Satisfação com o desenvolvimento da carreira”, o grau de “Muito insatisfeito/Insatisfeito” registou uma pontuação preponderante.

Paralelamente, é de salientar que os níveis de motivação são relativamente elevados (cerca de 66%), o que significa que os trabalhadores, mesmo os insatisfeitos têm ânimo para “aprender novos métodos de trabalho”, “desenvolver trabalho em equipa”, “participar em ações de formação” e “sugerir melhorias”.

É de salientar que o grau de satisfação “3-Pouco satisfeito” ocupava o centro da folha de inquérito, havendo uma tendência de deposição de resposta no valor médio (geralmente classificado como satisfeito); esta situação poderá ter levado os inquiridos a escolher erroneamente o grau 3. Deste modo, individualizou-se o grau 3 no tratamento dos resultados.

Devem, face aos resultados apurados ser averiguadas as causas da insatisfação manifestada, particularmente no que diz respeito à satisfação dos trabalhadores com a gestão e sistemas de gestão, ao nível da Gestão de Topo e da Gestão Intermédia e, eventualmente, desenvolver métodos alternativos de trabalho que permitam inverter esta apreciação.

II.9. Apreciação pelos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Os utilizadores que interagiram com DRAP-Norte foram auscultados para apreciação do seu grau de satisfação através da realização de inquéritos. Para o efeito, foi previsto no QUAR 2016 o objetivo 7 - *Assegurar a satisfação do cliente*, medido por 1 indicador:

Indicador 14: Índice de satisfação escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5); Média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes.

A determinação do índice de satisfação do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e do Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP) foi efetuado com base em inquéritos realizados no âmbito dos serviços prestados através da apresentação do “Relatório de Estado das Culturas e Previsão de Colheitas” e do “Quadro da Produção Vegetal”. No caso do GPP, os inquéritos foram realizados no âmbito dos serviços prestados no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e no âmbito da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA), vocacionados para a satisfação da qualidade das contabilidades entregues e para a “Determinação Regional do Valor da Produção Padrão”.

Os questionários de avaliação da satisfação foram enviados por correio eletrónico, para as entidades referidas, conforme modelos constantes no anexo 12. Na tabela seguinte apresentam-se resumidamente os itens e respetivas notações, que foram objeto de classificação por parte das entidades referidas:

Entidade	Parâmetros avaliados	Notação
INE (ECPC)	Nível geral de satisfação com a informação quantitativa transmitida	4/1
	Fiabilidade da informação quantitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	24/6
	Nível geral de satisfação com a informação qualitativa transmitida no âmbito do ECPC	4/1
	Nível de satisfação com a informação qualitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	52/13
	Nível geral com o cumprimento dos prazos e com a continuidade da informação transmitida	5/1
INE (QPV)	Fiabilidade da informação quantitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	32/8
	Nível geral de satisfação com o cumprimento dos prazos para a informação transmitida no âmbito do QPV	3/1
	Nível geral de satisfação com a coerência entre a informação transmitida no âmbito do ECPC e do QPV	8/2
	Média INE	4,0
INE	Comparação com o ano anterior (2015)	↑
GPP (SIMA)	Mercados de Produção	
	Tempo de resposta no registo das cotações em base de dados	60/12
	Continuidade e fiabilidade na recolha das cotações e na sua transmissão	57/12
	Qualidade das notas de conjuntura	40/11

GPP (VPP)	Qualidade das análises de campanha	45/9
	Mercados Abastecedores	
	Informação dos mercados abastecedores	72/12
	Informação dos mercados dos abates de bovinos adultos	12/3
	Informação dos stocks de maçã	10/2
	Média SIMA	4,85
	SIMA comparação com o ano anterior (2015)	↔
	Valor da Produção Padrão (VPP)	3,4
	Avaliação do exercício de 2015	(17/5)
	VPP comparação do exercício em relação ao ano anterior	↑
GPP (RICA)	Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA)	3,4
	Avaliação do exercício de 2015	(24/7)
	RICA comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔

Em conclusão, como se pode verificar na tabela anterior, a notação do **INE** relativamente ao ano anterior manteve-se, tendo sido atribuída a notação de **4** (escala de Likert de 1 a 5) e, o **GPP** subiu as notações em dois parâmetros avaliados (VPP e RICA), e manteve a avaliação no parâmetro SIMA, registando-se a notação média final de **4,03** (escala de Likert de 1 a 5).

Para determinar o **grau de satisfação dos utilizadores** foram disponibilizados questionários em papel (conforme modelo que consta no Anexo II), aos cidadãos que se dirigiram aos locais de atendimento em 6 Delegações Regionais e Divisões de Investimento. O universo deste estudo abrange 699 inquiridos. O resultado global foi **bastante favorável**, a que correspondeu o valor de **4,53** como se pode constatar no respetivo relatório “Relatório de Inquérito de Satisfação de Clientes 2016” (anexo 4). Os utilizadores dos serviços que responderam ao questionário tinham em média 52 anos, eram maioritariamente do género masculino (67%), empresários agrícolas (38 %) ou aposentados (27 %). No que diz respeito às suas **habilitações académicas**, os inquiridos possuíam o 1º ciclo do Ensino Básico (31%) ou o Ensino Secundário (16%) ou a licenciatura (15%). No que diz respeito à **frequência de visita** aos serviços, a maioria dos inquiridos revelou dirigir-se aos serviços “*menos de 1 vez por ano*”, seguido de “*1 vez de 6 em 6 meses*” ou “*uma vez por ano*”.

Conforme consta naquele documento, o **motivo da visita** aos serviços da DRAPN dos inquiridos relacionou-se com os seguintes assuntos:

- “parcelário agrícola”, 33 % dos inquiridos;
- “gasóleo agrícola”, 25 % dos inquiridos;
- “licenciamento”, 10 %;
- “outros motivos”, 13% dos inquiridos;
- “projetos de investimento”, 12 % dos inquiridos.

No que concerne à sua **satisfação /insatisfação** relativamente aos serviços, foi obtida a seguinte notação:

- “Acessibilidade e localização das instalações” - média e moda de 4 e desvio padrão de 1;
- “Distancia dos serviços à morada do beneficiário” - média e moda de 4; a maioria dos utentes revelou-se satisfeito (55 %) e muito satisfeito (26%);
- “acessibilidade a idosos”/“cidadãos com mobilidade reduzida” - média de 3,8 e moda de 4; a maioria revelou estar “satisfeito” (41%) e “muito satisfeito” (25%);
- “horário de atendimento” - média de 4,3 e moda 4; os níveis “satisfeito” e “muito satisfeito” (93%) predominam em todos os serviços;
- “adequação das instalações ao serviço prestado” – média 4,1 e moda de 4; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”;
- “tempo de espera para ser atendido”, com a média de 4,5, a moda de 5; os graus “Satisfeito/Muito satisfeito” (93%) prevalecem em todos os serviços.

Adicionalmente, na globalidade dos itens associados ao parâmetro “qualidade”, registou-se a média com um valor de 4,6 e moda de 5. No que diz respeito à “cortesia no atendimento” - média de 4,7 e moda 5; verifica-se a prevalência dos graus “Satisfeito/Muito satisfeito” em 99% dos inquiridos;

No parâmetro “rigor e clareza das informações prestadas”, com a média de 4,7 e moda 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”;

No parâmetro “capacidade de aconselhamento”, com a média de 4,6 e moda 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”; “disponibilidade do técnico para a prestação do serviço” - média de 4,6 e moda 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”; “competência na resolução de problemas” - média de 4,6 e moda de 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”.

Relativamente à “relação preço /qualidade do serviço prestado” – média 4,3 e moda de 5; a maioria dos inquiridos (87%) revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”.

No que diz respeito aos parâmetros organizados no item **“Satisfação global com produtos e serviços”**, registou-se, na globalidade, a média de 4,4 e a moda de 4. Neste âmbito estão incluídos os seguintes itens:

“receção de candidaturas/projetos”, com a média de 4,3 e moda 4; verifica-se a predominância dos graus “Satisfeito/Muito satisfeito”.

“instrução de processos de licenciamento”, com a média de 4,4 e moda 4; verificaram-se as seguintes opções de resposta: “Satisfeito/Muito satisfeito” (48%) e “sem resposta” (51%)

“atendimento nas salas do parcelário agrícola”, com a média de 4,5 e moda 5; verificaram-se as seguintes opções de resposta: “Satisfeito/Muito satisfeito” (57%) e “sem resposta” (40%);

“emissão de documentos P1 e P3”, com a média de 4,5 e moda 5; verificaram-se as seguintes opções de resposta: “Satisfeito/Muito satisfeito” (54%) e “sem resposta” (42%);

“apoio técnico e informativo prestado pelos serviços”, com a média de 4,5 e moda 5; verificaram-se as seguintes opções de resposta: “Satisfeito/Muito satisfeito” (62%) e “sem resposta” (38%).

Outros parâmetros foram igualmente abordados, podendo ser avaliados com maior detalhe no “Relatório de Inquérito de Satisfação de Clientes 2016” (em anexo....).

Em termos **globais**, constata-se que, ao longo do relatório referido anteriormente, as respostas se centralizaram fundamentalmente nos graus **“Satisfeito”** e **“Muito satisfeito”**; refira-se no entanto que em alguns itens, a opção de resposta “Insatisfeito” assume valores com alguma expressão. A título de exemplo, referem-se o estado de algumas instalações e a capacidade de resposta do sistema informático nas salas do parcelário agrícola, apesar de ser reconhecido o empenhamento dos técnicos que a ele estão afetos. Refira-se, por outro lado, que a opinião dos utentes é bastante positiva em relação à cortesia no atendimento e à confiança no trabalho desenvolvido pelos técnicos da DRAPN.

PARTE III – MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A DRAPN oferece um conjunto expressivo de serviços, o que determina uma necessidade de flexibilizar e integrar procedimentos, visando maior capacidade de resposta em tempo e variedade.

Em linha com as orientações estratégicas que constavam no documento “Grandes Opções do Plano para 2016-2019”, a DRAPN, visando a simplificação de processos e procedimentos para melhorar a gestão e a eficiência da utilização dos recursos e, consequentemente, o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados enquanto entidade pública, a DRAPN tem em curso o desenvolvimento de aplicativos em suporte informático, conducentes à prestação digital de serviços públicos.

Tendo em vista responder aos desafios da simplificação e modernização administrativa foi iniciado a execução do Projeto “SAMA 2020 - Portal Único de Atendimento”, cujo objetivo primário se centrou na construção de uma plataforma Única de atendimento e gestão de processos que uniformize procedimentos, requisitos e custos em todas as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAPs). Assim, através do projeto, procedeu-se ao levantamento e caracterização dos principais processos organizacionais que consubstanciam a atividade das cinco DRAP. Por outro lado, o projeto visava: uniformizar procedimentos e requisitos; priorizar áreas funcionais, selecionar os respetivos processos e efetuar a sua reengenharia de modo a desmaterializá-los; modelar os processos selecionados e disponibilizar a respetiva descrição e arquitetura num repositório único de processos; elaborar normas para a criação de novos processos e métodos para a sua monitorização e melhoria contínua; capacitar recursos humanos de cada DRAP para que sejam capazes de definir a arquitetura e modelar processos.

Associado à execução do projeto referido, a DRAPN, através da Direção de Serviços de Controlo e Estatística (DSCE), tem em projeto a operacionalização de uma metodologia de Autoavaliação baseado no Sistema CAF (Common Assessment Framework – Estrutura Comum de Avaliação). A Autoavaliação CAF permitirá proceder a um diagnóstico do funcionamento e dos resultados da DSCE. O modelo de autoavaliação CAF assenta na identificação dos processos-chave e de suporte do “core business” da DSCE, gestão e melhoria destes processos, de modo a apoiar, inovar e garantir a plena satisfação, e gerar mais-valias com vista à satisfação dos interessados; envolver os cidadãos e clientes na conceção e melhoria dos serviços prestados; e planear e gerir a modernização e inovação da DRAPN. Refira-se por outro lado que o processo de autoavaliação das organizações permitirá identificar pontos fortes e áreas de melhoria. Por outro lado, à

identificação dos processos-chave e de suporte, estará associada a criação de indicadores e a medição dos resultados, os quais estarão diretamente associados à monitorização e à melhoria contínua da organização.

No âmbito de sugestões de melhoria identificadas com base no processo de autoavaliação e apresentadas no âmbito de um plano de ação estruturado (Plano de Ações de Melhoria – anexo 13), com o objetivo de potenciar a eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados aos seus clientes internos e externos, foram concluídas as seguintes ações de melhoria, em 2016:

- Adaptação de uma aplicação informática – Sistema de Informação e Gestão – desenvolvido para o perímetro de rega do Vale da Vilariça, ao registo de regadios tradicionais (ação de melhoria 2);
- Revisão e Adaptação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (ação de melhoria 8);
- Implementação de um sistema de informação para gestão de deslocações (ação de melhoria 9);
- Implementação de um sistema de informação para gestão de visitas de campo (ação de melhoria 10);
- Gestão de emissão de cartões do Gasóleo Colorido e Marcado (ação de melhoria 11).

PARTE IV – RECURSOS AFETOS

IV.1. Recursos Humanos

Grupos/Carreiras/Categorias	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO (valor absoluto)
Dirigentes – Direção Superior	3	3	0
Dirigentes – Direção Intermédia	25	25	0
Técnico Superior (inclui Especialistas de Informática)	343	304	- 39
Coordenador Técnico	4	4	0
Assistente Técnico (inclui Técnicos de Informática)	252	244	0
Encarregado Geral Operacional	0	0	
Encarregado Operacional	0	0	
Assistente Operacional	68	70	2
Total*	695	650	- 45

* Nº de efetivos no serviço a exercer funções em 31 de dezembro (Balanço Social)

Informação mais desagregada sobre a distribuição dos trabalhadores por carreira e Unidade Orgânica poderá ser consultada no Quadro de RH2016 (anexo 14) e no Mapa de Pessoal de 2016 (anexo 15), aprovado superiormente pela Tutela Ministerial.

Pontuação dos Recursos Humanos

Quadro de Meios Humanos QUAR_2016										
Recursos Humanos	Pontuação (a)	Pontuação efetivos Planeados para 2016			Pontuação efetivos Executados para 2016					Desvio (valor absoluto)
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação da categoria com o N.º Efetivos Planeados	N.º de efetivos a 31.dez.2016 (Balanço Social)	UERHE	Pontuação da categoria com o N.º Efetivos a 31.dez.2016	Somatório de dias trabalháveis por trabalhador em cada carreira	Pontuação da categoria considerando os dias de trabalho efetivamente prestado	
		(b)	(c) = (229 x b)	(d) = (a x b)	(e)	(f) = Σ dos dias de trabalho efetivo por trabalhador em cada carreira	(g) = (a x e)	(h)=(e x UERHP)	(i)= f x g/h	
Dirigentes - Direção Superior	20	4	916	80	3	650	60	687	57	1
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	22	5.038	352	22	3.068	352	5.038	214	0
Técnico Superior (Inclui Especialistas de Informática)	12	146	33.434	1.752	130	24.391	1.560	29.770	1.278	16
Coordenador Técnico	9	31	7.099	279	31	700	279	7.099	28	0
Assistente Técnico (Inclui Técnicos de Informática)	8	108	24.732	864	100	20.353	800	22.900	711	8
Encarregado geral operacional	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	5	61	13.969	305	50	13.796	250	11.450	0	11
Total:		372	85.188	3.632	336	62.958	3.301	76.944	2.701	36
Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados (UERHP) - 2016	229	Nº de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2015			Nº de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2016					
		372			336					
Taxa de variação de RH (%)		-9,68%								
Taxa de utilização de RH não considerando o absentismo		90,89%								
Taxa de utilização de RH considerando o absentismo		74,37%								

Nota: para informação mais detalhada vide "Cálculo RH_2016" (anexo 16)

A dinâmica dos recursos humanos da DRAPN poderá ser consultada no Balanço Social (anexo 17). No ano de 2016, ocorreu uma redução do número de postos de trabalho ocupados (-6,5%).

IV.2. Recursos financeiros

O ano de 2016 caracterizou-se pela continuidade em garantir um efetivo e rigoroso controlo da execução orçamental, tendente à aplicação da política definida no Orçamento do Estado para 2016. Na tabela seguinte encontra-se resumido o orçamento de funcionamento:

Designação	Planeado	Executado	Desvio
Pessoal	20.213.212,00€	17.188.495,41€	(-) 3.024.716,59€
Aquisições de Bens e Serviços	3.374.840,00€	1.941.148,12€	(-) 1.433.691,88€
Outras Despesas Correntes	84.475,00€	73.013,32€	(-) 11.461,68€
Total	23.672.527,00€	19.202.656,85€	(-) 4.469.870,15€

Decorrente da enorme dispersão geográfica dos serviços da DRAPN, as principais despesas no âmbito do OE Funcionamento, excluindo as despesas com o pessoal, abrangem principalmente encargos com instalações, (energia; limpeza e higiene e comunicações) e deslocações, (combustíveis e ajudas de custo).

PARTE V – SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O contributo de cada uma das Unidades Orgânicas e respetiva atividade desenvolvida encontra-se no anexo 7 - Síntese da atividade desenvolvida pelas U.O.

Identificam-se ainda as atividades mais relevantes desenvolvidas por parte da Direção da DRAPN cuja listagem foi registada no anexo 18 - Eventos participados pela Direção. De relevar ainda, entre outras, a participação em reuniões de trabalho com clientes, preparação de resposta a assuntos solicitados superiormente pela Tutela Ministerial, participação na formulação e aplicação dos instrumentos de política, e assuntos de âmbito interno, nomeadamente, o reforço da coesão e da cooperação interna e a melhoria da capacidade de resposta institucional.

Além das actividades referidas anexa-se documento respeitante ao Relatório de Atividades da Reserva Agrícola Nacional (anexo 20).

V.1. Apuramento dos resultados do Plano de Atividades

A avaliação do Plano de Atividades e respetiva taxa de execução encontra-se no anexo 19 - Taxa de execução do PA 2016.

PARTE VI – BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social encontra-se no anexo 17.

PARTE VII - INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Não foram realizadas quaisquer iniciativas de publicidade institucional do Estado a que se refere a Lei 95/2015, de 17 de agosto, publicada no D.R., série I, nº 159/2015.

PARTE VIII – AVALIAÇÃO FINAL

VIII.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Ao longo do presente documento foi relatada a atividade desenvolvida no ano de 2016 através da análise de dados quantitativos e qualitativos que constituem um testemunho dos bons resultados alcançados pela DRAP-Norte, pese embora as reduções verificadas nos recursos humanos face ao planeado, assim como da despesa de funcionamento. Da análise dos resultados obtidos, fica demonstrado:

- A superação das metas em 12 indicadores do QUAR, com uma taxa de realização média do QUAR de 118%;
- Apresentação de taxas de realização dos indicadores não muito discrepantes relativamente às metas planeadas;
- Foi efetuada uma cuidadosa gestão orçamental consubstanciada numa execução final do orçamento de funcionamento inferior à dotação disponível, tendo sido obtida uma redução da despesa de funcionamento;
- Os três parâmetros – Eficácia, Eficiência e Qualidade - foram superados, face ao previsto, de acordo com o quadro apresentado seguidamente (vide resultado global da avaliação final da DRAPN, em baixo);
- O grau de utilização dos recursos humanos foi inferior ao planeado;
- O grau de satisfação dos utilizadores relativamente à apreciação global do serviço teve a notação de 4,5 (valor superior relativamente ao ano transato de 4,1) tendo as respostas se centralizado fundamentalmente nos graus “Satisfeito” e “Muito satisfeito”. A opinião dos utentes é bastante positiva em relação à cortesia no atendimento e à confiança no trabalho desenvolvido pelos técnicos da DRAPN.
- O grau de satisfação dos clientes institucionais manteve-se relativamente ao ano anterior.
- A taxa de realização média do Plano de Atividades foi de 118%;
- O resultado global da avaliação final da DRAPN resume-se no quadro seguinte:

EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	QUALIDADE
Ponderação 50%	Ponderação 20%	Ponderação 30%
115%	125%	114%

VIII.2. Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com os objetivos da política pública

A taxa de realização do Plano de Atividades e do QUAR reproduzem o bom desempenho da DRAP Norte, como foi demonstrado anteriormente.

Seguidamente apresenta-se uma matriz de alinhamento estratégico que permite relacionar os objetivos da Política Pública (nível 1) com os objetivos definidos para a DRAPN - de nível 2, “Estratégico” e de nível 3,

“Operacional”. Os objetivos da Política Pública estão consubstanciados nas políticas assentes nas orientações estratégicas evidenciadas nas Grandes Opções do Plano 2016-2019⁸.

Nível 1 – Política Pública (Enquadramento GOP)	Nível 2 – Estratégico DRAPN (Carta de Missão / QUAR)	Nível 3 - Operacional
Medida: Valorizar a actividade agrícola e florestal e o espaço rural Submedida: Promoção do desenvolvimento rural	OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas	OP1: Garantir a Execução do PDR2020
Medida: MAR: uma aposta de futuro Submedida: Valorizar a pesca e as actividades económicas ligadas à pesca	OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas	OP2: Garantir a execução do PROMAR/MAR2020
Medida: Valorizar a actividade agrícola e florestal e o espaço rural Submedida: Promoção do desenvolvimento rural	OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas	OP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis
Medida: Valorizar a actividade agrícola e florestal e o espaço rural Submedida: Promoção do desenvolvimento rural	OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas	OP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco
Medida: Fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração Submedida: Promoção da eficácia e eficiência do serviço público	OE 2: Otimizar a gestão de recursos	OP5: Reforçar o Controlo Interno
Medida: Fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração Submedida: Promoção da eficácia e eficiência do serviço público	OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados	OP6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP
Medida: Fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração Submedida: Promoção da eficácia e eficiência do serviço público	OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados	OP7:Assegurar a satisfação do cliente
Medida: Fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração Submedida: Formação	OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados	OP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores

⁸ Grandes Opções do Plano 2016-2019 (Proposta de Lei nº 11/XIII, Assembleia da República fevereiro de 2016).

VIII.3. Proposta de menção qualitativa pelo Dirigente Máximo do Serviço

Na sequência dos resultados obtidos na autoavaliação e de acordo com o disposto no artigo 18º do nº 1 da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, propõe-se que seja atribuída a menção qualitativa de desempenho de “BOM”.

VIII.4. Conclusões prospetivas

A construção europeia e o processo de integração das economias europeias tem sido um desafio para as administrações públicas de todos os Estados-Membros. Desde então, em resposta a cidadãos mais exigentes em serviços de qualidade e mais exigentes em transparência e prestação de contas (“accountability”) no uso responsável dos recursos públicos, tem sido levado a cabo um esforço de modernização da administração pública e o aprofundamento da cultura de um serviço público orientado para o cidadão.

A capacidade dos serviços públicos para atuarem de forma eficaz e eficiente depende das respetivas políticas e práticas de gestão. Por outro lado, para se determinar o seu desempenho, é necessário medir, quantificar e avaliar, com rigor, as suas atividades, práticas e processos.

Por outro lado, da análise dos questionários realizados aos trabalhadores e dirigentes, serão operacionalizadas as seguintes sugestões:

- Incrementar o envolvimento dos trabalhadores na implementação e divulgação dos instrumentos de gestão;
- Revisão do questionário de satisfação dos trabalhadores e sua disponibilização ao universo dos trabalhadores da DRAPN, com o objetivo de aumentar a sua participação no processo de melhoria contínua da organização;
- Reforçar a formação dos trabalhadores para o desempenho de funções menos especializadas e mais polivalentes;
- Dar continuidade à modernização de equipamentos informáticos e atualização de software;

Numa perspetiva de gestão de procedimentos internos, a DRAPN irá dar continuidade aos esforços de modernização administrativa conducentes à prestação digital de serviços públicos.

Igualmente em linha com o documento de orientação estratégica “Grandes Opções do Plano para 2016/2019”, a DRAPN tem promovido a recomposição funcional dos serviços, realocando trabalhadores a determinados serviços e funções para fazer face às exigências de um serviço público mais eficiente e eficaz e para dar resposta atempada às exigências da implementação de um novo quadro comunitário de apoio à agricultura, concretizando a estratégia de adoção de soluções equilibradas de modo a evitar ruturas entre quadros de programação e assegurar a continuidade e previsibilidade dos investimentos.

O evidenciado justifica a necessidade de dar continuidade a iniciativas de anos anteriores, mas também de implementar novas iniciativas, adequadas ao contexto atual:

- ✓ Reavaliação periódica da estratégia de gestão de recursos;
- ✓ Implementação de procedimentos de auditoria interna;
- ✓ Construção de um modelo de controlo interno que permita integrar todos os instrumentos de controlo num único sistema transversal à DRAPN;
- ✓ Aumento do número de procedimentos normalizados;
- ✓ Realização de reuniões promovidas pela Direção para reforçar a coesão e cooperação interna, visando o aprofundamento da comunicação e interação entre as diferentes Unidades Orgânicas;
- ✓ Investimento na formação dos recursos humanos, garantindo o acesso à frequência das ações de formação por parte dos colaboradores de todas as carreiras;
- ✓ Melhorar a execução do Plano de Atividades para 2017 através da monitorização sistemática de modo a detetar desvios face ao previsto e a adotar medidas corretivas em tempo útil;
- ✓ Melhorar a eficiência operacional dos serviços, nomeadamente deslocações e comunicações;
- ✓ Dar continuidade à desmaterialização de processos e procedimentos;
- ✓ Identificação das áreas que deverão ser objeto de aperfeiçoamento operacional de modo a garantir a satisfação dos clientes / utilizadores através de inquéritos de satisfação aos trabalhadores / clientes / utilizadores.

PARTE IX – ANEXOS

Anexo 1 – Carta de Missão

Anexo 2 – QUAR 2016 Execução Anual

Anexo 3 – Indicadores Comuns Não-QUAR

Anexo 4 – Relatório de Inquérito de satisfação de clientes 2016

Anexo 5 – Relatório final da qualificação dos RH da DRAPN

Anexo 6 – Avaliação das Unidades Homogêneas-Delegações Regionais

Anexo 7 – Síntese da atividade desenvolvida pelas U.O.

Anexo 8 – Relatório de execução 2016 PGRCIC

Anexo 9 – Relatório de Controlo Interno 2016

Anexo 10 – Implementação do Plano de Igualdade de Género na DRAPN

Anexo 11 – Questionário de satisfação dos trabalhadores

Anexo 12 – Questionário de clientes

Anexo 13 – Plano de Melhorias

Anexo 14 – Quadro de RH2016

Anexo 15 – Mapa Pessoal Aprovado 2016

Anexo 16 – Calculo RH 2016 V3 25012016

Anexo 17 – Balanço Social 2016 DRAP-N

Anexo 18 – Eventos participados pela Direção

Anexo 19 – Taxa de execução do PA_2016

Anexo 20 – RAN_Relatório de Atividades_2016